

ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO E DE ORDENAMENTO

JUNHO 2013

ÍNDICE

A - QUADRO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

1. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

1.1 – SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO RURAL

1.2 – AS FUNCIONALIDADES DO ESPAÇO URBANO

1.3 – A DOTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO

1.4 - O REFORÇO, DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÓMICA E ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR

2 - PILARES VOCACIONAIS

2.1 - O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA LOGÍSTICA E EMPRESARIAL

- a) A afirmação local e regional dos operadores de distribuição e reforço dos fatores vocacionais para o desenvolvimento de atividades**
- b) A renovação do sistema agrário**
- c) O Aeroporto**
- d) O tecido industrial**
- e) Uma oferta ampla de serviços de apoio**

2.2 – O INCREMENTO DE UM POLO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS

- a) Dinâmicas existentes no âmbito da realização de eventos e respetivos impactos**
- b) Infraestruturas e equipamentos instalados**
- c) O contexto global de desenvolvimento e a afirmação deste perfil vocacional**

2.3 – A AFIRMAÇÃO DE BEJA COMO CENTRO DE ENSINO E DE INVESTIGAÇÃO

- a) Questões gerais relacionadas com o ensino superior e profissional**
- b) Importância do ensino e da investigação no processo de desenvolvimento do Concelho**
- c) Perspetivas de desenvolvimento do ensino e da investigação/inação**

2.4 – A CONSOLIDAÇÃO DE BEJA COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS DO BAIXO ALENTEJO, ENQUANTO POLO REGIONAL

2.5 – A PROMOÇÃO DE UMA AGRICULTURA EMPRESARIAL E COMPETITIVA ASSOCIADA AO EFMA

2.6 – O APROVEITAMENTO DE UM ESPAÇO RURAL CENTRAL, MULTIFUNCIONAL, DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E HUMANIZADO

- a) Promover o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos espaços rurais e dos recursos naturais.
- b) Consolidar o Alentejo como destino turístico

3. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

3.1 - PROJETAR BEJA NO EXTERIOR E QUEBRAR O ISOLAMENTO DO CONCELHO

3.2 - REVITALIZAR E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA DO CONCELHO

3.3 - VALORIZAR DE MODO SUSTENTÁVEL, O TERRITÓRIO E REFORÇAR A IDENTIDADE DO CONCELHO

3.4 – QUALIFICAR O ESPAÇO URBANO E DINAMIZAR AS FUNÇÕES DA CIDADE

3.5 – VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS E AS CAPACIDADES ORGANIZACIONAIS E PROMOVER A EMPREGABILIDADE

4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

4.2 - ANÁLISE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

B - QUADRO DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

1- PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO

2- MEDIDAS, AÇÕES E PROJECTOS

A - QUADRO DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

1. DOMÍNIOS DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

Para efeitos do presente trabalho os domínios de intervenção estratégica são entendidos como temáticas fulcrais e estruturantes segundo as quais devem enquadrar-se os protagonismos dos agentes envolvidos nos processos de desenvolvimento, de modo a proporcionar, de modo assumido, intervenções com impactes estratégicos ao nível das dinâmicas de transformação do território.

As temáticas são identificadas a partir de campos de ação que servem de referenciais de atuação e que aglutinam, de forma coerente, com sentido estratégico e por universos de intervenção, grupos de fatores afins, constituindo suportes à promoção de iniciativas que são, por sua vez, compagináveis com problemáticas específicas que condicionam o desenvolvimento do território (espaço rural e urbano).

Dadas as particularidades do Concelho de Beja e considerando os traços mais marcantes das problemáticas de desenvolvimento, foram identificados, como suporte ao enquadramento de atuação dos diversos atores, os seguintes Domínios de Intervenção Estratégica:

- Sustentabilidade do espaço rural;
- Funcionalidades do espaço urbano;
- Dotação de competências, capacitação e inovação;
- Reforço, diversificação da base económica e articulação com o exterior.

1.1 – SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO RURAL

A agricultura, apesar de ser um sector em perda de importância relativa no conjunto dos sectores económicos, constitui o principal fator estruturador do espaço rural. Assim, importa destacar três tipologias básicas de espaço rural, correspondentes aos três tipos de agricultura em vias de afirmação efetiva no território do concelho. A agricultura produtivista, alicerçada na produção massiva de bens agrícolas e pecuários (matérias-primas e produtos finais) e orientada para o mercado, que estrutura o espaço agrícola intensivo inerente à área de regadio.

A agricultura extensiva baseada em sistemas produtivos de sequeiro, onde poderá ter lugar a pluriatividade associada à produção de bens e serviços e à obtenção de produtos de qualidade, sendo enquadrada por nichos de mercado específicos. O terceiro tipo corresponde ao espaço de conservação, suportado por uma agricultura multifuncional, no fundamental orientada para a produção de serviços, com uma estrutura organizada a partir de uma agricultura compatível com as dinâmicas de preservação do património natural. Nesta área do território o turismo em espaço rural deverá ter um destaque especial, por tendencialmente congregar um conjunto de serviços e produtos locais, reforçando principalmente o pendor económico do sector agrícola.

Naturalmente que cada tipologia do espaço rural tem as suas especificidades próprias, contudo, há uma característica marcante comum aos três tipos, relacionada com o facto da promoção do desenvolvimento no espaço rural ocorrer também com a preocupação de incrementar a exploração e o aproveitamento dos recursos naturais do território de forma racional. É nesta ótica de análise que a temática federadora da intervenção no espaço rural, independentemente das tipologias em causa, cinge-se à sua sustentabilidade. Assim, a sustentabilidade do espaço rural é, em termos de planeamento, percecionada como um domínio de intervenção estratégica.

1.2 – AS FUNCIONALIDADES DO ESPAÇO URBANO

Na sequência dos estudos de planeamento e de ordenamento realizados no âmbito da revisão do PDM foi destacado, por diversas vezes, o importante papel da cidade no processo de desenvolvimento do território do Concelho.

Deste modo, quer o reconhecimento da centralidade de Beja, e o efeito de polarização que exerce sobre o território que integra, quer a importância relativa que decorre da definição da hierarquia urbana (na ótica político-administrativa) aos níveis regional e nacional, importa perspetivar a cidade segundo as bases da sua matriz estrutural. É neste contexto de análise que é necessário equacionar as diversas temáticas de desenvolvimento, assumindo particular relevância o seu desempenho funcional nas áreas do património, cultura, ensino e qualidade de vida, por constituírem referenciais de desenvolvimento importantes, como eixos básicos de suporte para incremento de dinâmicas que têm reflexos, direta ou indiretamente, sobre os processos de transformação subjacentes aos sectores sociais e económicos. Há ainda uma outra dimensão que o desempenho funcional assume e que importa referir, nomeadamente relacionada com o estado de evolução do espaço urbano, por traduzir os níveis de desenvolvimento emergente e por constituir um indicador fiável relativo às condições e qualidade de vida. Nesta linha de análise a problemática da adequação e das necessidades de equipamentos, as exigências em relação aos diversos serviços, o enquadramento externo e as relações com territórios próximos ou distantes, constituem áreas de planeamento importantes, devido à relevância que têm nos processos de desenvolvimento.

Este sentido metodológico determina que se identifique as funcionalidades do espaço urbano como um domínio de intervenção estratégica.

1.3 – A DOTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO

As competências e a capacitação técnico-profissionais e organizacionais são pressupostos fundamentais com vista à promoção do desenvolvimento. O crescimento económico é uma questão básica que se coloca ao desenvolvimento do Concelho, para isso é necessária iniciativa e desempenho empreendedor por parte dos agentes económicos e sociais, entendidos individualmente ou enquanto estruturas ou organizações. Para desbravar o presente e construir o futuro as competências são indispensáveis. Não há iniciativa empresarial sem conhecimentos técnicos e tecnológicos compatíveis com o exercício competitivo

das atividades económicas. Não há iniciativa social, nomeadamente de natureza organizacional, sem capacidade para ultrapassar bloqueios inerentes: a referenciais culturais inibidores do desenvolvimento e passadistas; a imobilismos retrógrados; a estigmas e temores na assunção do risco; a estereótipos ancorados em rotinas e em posturas conservadoras; entre outras condicionantes que impedem o desenvolvimento.

A inovação aplicada aos sistemas económicos e sociais é fundamental para obter ganhos de competitividade e racionalizar o aproveitamento dos recursos existentes no território, permitindo ainda reformular processos de trabalho e procedimentos, por forma a aumentar a produtividade e promover a melhoria permanente dos produtos e serviços.

Estas as justificações principais para considerar-se a dotação de competências, capacitação e inovação como um domínio de intervenção estratégica.

1.4 - O REFORÇO, DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÓMICA E ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR

A promoção do crescimento económico no concelho implica necessariamente desenvolver as atividades inerentes à estrutura económica existente e incrementar novas atividades e negócios, permitindo consolidar e diversificar o tecido económico local.

Os projetos estruturantes são importantes âncoras que proporcionam o reforço das atividades atuais e permitem gerar dinâmicas de diversificação, através da emergência de novos negócios.

Ao nível do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA), a implementação do sistema de rega irá despoletar seguramente um processo de reconversão dos sistemas agrários tradicionais, conducente a uma estrutura económica associada ao regadio.

Face à influência estrutural que o EFMA irá exercer sobre as funções do território, é previsível também a qualificação dos sistemas extensivos, por via da acentuação dos níveis de especialização funcional, surgindo um aproveitamento mais racional dos recursos agropecuários, e o desenvolvimento de novas áreas de serviços de apoio à economia do regadio. Assim, é provável que nos centros urbanos que integram diretamente o espaço rural (ou seja nas aldeias do concelho) se intensifique a instalação de serviços complementares de apoio à agricultura, constituindo um fator importante de dinamização das economias urbano-rurais. Naturalmente que a uma escala superior, na cidade desenvolver-se-ão igualmente atividades de serviços ligadas ao sector primário.

Mas, é sobretudo no âmbito dos impactes subjacentes à entrada em funcionamento do Aeroporto de Beja que o peso da influência sobre as economias urbanas será mais notória, assim como os efeitos estruturantes sobre a base económica local também serão mais fortes, conduzindo a processos de diversificação de atividades e consequentemente à diversificação do tecido empresarial.

Ambos os projetos têm a possibilidade de gerar externalidades com reflexos positivos ao nível do reforço e consolidação da base económica local, sendo já perceptíveis alguns sinais importantes, nomeadamente no plano da revitalização do sistema agrário e do tecido empresarial, através do incremento de novas culturas no espaço rural, particularmente no domínio da olivicultura, com a instalação de novas estruturas empresariais e empresários vindos do exterior para desenvolver aqui as suas atividades económicas.

A dinamização da economia, quer a partir do incremento das atividades existentes, quer por via da criação de novas atividades e, deste modo, com a concretização de processos de diversificação, os fluxos e as relações com o exterior tendem a intensificar-se, contribuindo para o reforço da imagem e da projeção do concelho, especialmente da cidade, no exterior.

Face ao exposto, facilmente pode concluir-se que a perspetiva descrita de reforço, diversificação da base económica e articulação com o exterior, deve ser entendida como um importante suporte ao desenvolvimento com efeitos gerais extensivos à base económica de todo o território, sendo por esta razão considerada como um domínio de intervenção estratégica.

2 - PILARES VOCACIONAIS

O território do Concelho de Beja, em termos de desenvolvimento económico e social e de ordenamento, está muito condicionado pelas dinâmicas urbanas que ocorrem na cidade, não só como sede de concelho, mas principalmente como centro sub-regional e regional. No entanto, o espaço rural do concelho, face à sua localização e efeitos do EFMA, será seguramente alvo de importantes alterações que poderão traduzir-se em especificidades marcantes e em dinâmicas de transformação fortíssimas. Neste sentido, os pilares vocacionais identificados, comparativamente com os definidos no Plano Estratégico da cidade, são em número superior e mais abrangentes sob o ponto de vista sectorial e territorial, ocupando o espaço rural, para além da cidade, um papel igualmente importante ao nível das definições estratégicas.

Com a especialização da cidade o que se pretende, no fundamental, é dotá-la de condições básicas, no exercício das atividades urbanas e na sua ligação com o território que polariza, para a diferenciar principalmente da rede urbana regional e nacional. Isto significa naturalmente que, para além das funções e serviços que um centro urbano de nível distrital deverá ter, onde não estão incluídas as funções e serviços básicos de nível urbano e de proximidade (relação concelhia), importa equacionar funções e serviços, estruturados a partir de um referencial territorial mais amplo, marcadamente diferenciadores de outros que têm existência em centros urbanos inseridos nesse contexto espacial, com possibilidade de gerarem novas dinâmicas de desenvolvimento para a cidade.

Com base no Plano Estratégico, pelo facto da maior parte das formulações de ordem estratégica se manterem atuais, e de acordo com alguns compromissos, de natureza política, assumidos por agentes institucionais, nomeadamente, pela Administração Central, é possível arriscar um referencial estratégico suportado por especializações próprias que assumem perfis e trajetórias de desenvolvimento definidos que marcarão uma identidade singular e diferenciadora para a cidade e por arrastamento

para o concelho, independentemente do espaço rural dispor de particularidades expressivas que, só por si, justificam a definição de pilares vocacionais.

Assim, depois de um enquadramento contextualizado aos elementos de referência estratégica abordados, é possível avançar com uma vocação estratégica para a cidade e concelho de Beja alicerçada nos seguintes pilares fundamentais:

- O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA LOGÍSTICA E EMPRESARIAL;
- O INCREMENTO DE UM PÓLO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS;
- A AFIRMAÇÃO DE UM CENTRO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO;
- A CONSOLIDAÇÃO DE BEJA COMO UM CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS DO BAIXO ALENTEJO, ENQUANTO PÓLO REGIONAL;
- A PROMOÇÃO DE UMA AGRICULTURA EMPRESARIAL E COMPETITIVA ASSOCIADA AO EMPREENDIMENTO DE FINS MÚLTIPLOS DE ALQUEVA (EFMA);
- APROVEITAMENTO DE UM ESPAÇO RURAL CENTRAL, MULTIFUNCIONAL, DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E HUMANIZADO.

Apresentam-se seguidamente os elementos de justificação considerados no âmbito da identificação/definição dos pilares vocacionais.

2.1 - O DESENVOLVIMENTO DE UMA PLATAFORMA LOGÍSTICA E EMPRESARIAL

A afirmação da cidade de Beja como um polo fundamental da distribuição de bens e serviços na região Sul do país, e em particular na sub-região do Baixo Alentejo, e a tendência de reforço da cidade como um nó importante das rotas logísticas que atravessam esta região constituem perfis que consubstanciam um dos pilares fundamentais de afirmação vocacional do concelho, associado à posição geográfica da cidade e às melhorias registadas em torno dos equipamentos e acessibilidades à cidade, que potenciam claramente o desenvolvimento deste papel, não obstante um quadro recente de “asfixia” progressiva do espaço económico sub-regional.

Nos últimos anos tem vindo a assistir-se a três grandes tendências, com impacto ao nível das atividades económicas e do tecido empresarial local, as quais são aqui apresentadas pela importância face à situação atual de desenvolvimento, designadamente:

- a consolidação da afirmação local dos operadores de distribuição;
- o reforço dos fatores locais como fator determinante para a escolha de Beja no âmbito de processos de instalação para desenvolvimento de atividades empresariais;
- o “afunilamento” do espaço económico para o exercício de novas atividades a nível local ou para consolidação das existentes.

Considerando na área da distribuição as funções que a cidade atualmente dispõe, facilmente se pode concluir que Beja constitui o grande centro sub-regional de natureza logística, num quadro de numa relação de proximidade estrita com o território que geograficamente polariza, e em relação ao qual tem vindo a consolidar e a reforçar a sua centralidade (tendo em conta inclusivamente as dinâmicas demográficas e económicas das últimas décadas). Neste âmbito, o destaque vai simultaneamente para uma base logística de abastecimento e para uma rede logística de distribuição de bens e serviços, tanto na vertente do grande consumo, como na estruturação de circuitos e relações empresariais de natureza comercial.

Estas dinâmicas características não são contudo suficientes para ofuscar a falta de oportunidades para o exercício de atividades económicas no Concelho, permitindo afirmar que prevalece ainda um quadro de *afunilamento* do espaço económico que limita a diversificação e a consolidação de atividades económicas de base local. Este aspeto, que é marcante (embora semelhante a muitas outras regiões do interior do país), decorre, entre outros, de dois elementos fundamentais, designadamente:

- o papel das grandes cadeias de distribuição e as dificuldades de afirmação crescentes das empresas locais (impossibilitadas de combater as vantagens associadas à exploração de economias de escala das grandes cadeias);
- o reordenamento funcional de cadeias de serviços que favorecem prestadores de nível nacional, principalmente no âmbito das empreitadas e das contratações em série, onde as empresas locais são em muitos casos preteridas. A título de exemplo pode referir-se os empreiteiros que prestam serviços para os operadores de infraestruturas e de serviços públicos, que são empresas nacionais, quando há uns anos eram agentes locais.

Para se obter uma perspetiva mais realista das dinâmicas emergentes, e do quadro de potencialidades para a afirmação de uma função logística competitiva por parte da cidade de Beja, detalham-se seguidamente alguns aspetos com reflexos na estrutura económica que constituem condicionantes ao desenvolvimento e qualificação empresarial nesta área.

É condição fundamental para abordar as dinâmicas empresariais reconhecer que o epicentro desta temática se encontra no surgimento de novas atividades e na possibilidade de manutenção das existentes, dado que nos inserimos num contexto geral que se confronta com mutações cada vez mais rápidas - basta pensar no ciclo de vida da maior parte dos produtos, que é cada vez mais breve, por serem alvo de uma dinâmica de transformação poderosíssima imposta pelo mercado e pelo desenvolvimento das tecnologias.

Por outro lado, a mobilidade dos produtos atingiu patamares jamais observados, de nível efetivamente global, fato que contribui para o crescimento de verdadeiras plataformas logísticas em locais que revelam centralidades

adequadas ao desenvolvimento de sistemas de distribuição e de serviços associados.

A conjugação destes dois fatores imprime dinâmicas fortes de desenvolvimento com consequências ao nível do reordenamento funcional e com reflexos no âmbito do reenquadramento do espaço económico de influência, sobretudo dos centros urbanos.

Em termos de atividades económicas, estes fatores condicionam as dinâmicas de aparecimento ou desaparecimento de atividades – processos contraditórios em função das viabilidades locacionais -, mas geram sempre contextos básicos onde a qualificação empresarial (bem como a dotação em recursos humanos qualificados e, cada vez mais, a oferta de serviços de apoio qualificados) é fundamental para o aproveitamento de oportunidades, significando, nuns casos o desenvolvimento de novas atividades e noutros a manutenção das existentes.

É neste âmbito de análise que se afigura de extrema importância, para a avaliação das oportunidades associadas ao desenvolvimento de uma plataforma logística em Beja, como pilar vocacional, referir cinco fatores importantes que podem ter um papel importante ao nível das condicionantes básicas que determinam as dinâmicas de desenvolvimento e qualificação empresarial.

f) A afirmação local e regional dos operadores de distribuição e reforço dos fatores vocacionais para o desenvolvimento de atividades

No contexto sub-regional (Baixo Alentejo) a cidade de Beja constitui o principal centro de consumo, não tanto pelo que representa em termos de massa crítica de população (e portanto de consumidores), mas porque reúne uma centralidade funcional que integra um vasto território, cuja influência já transcende os limites do Baixo Alentejo.

Isto significa que dispõe de economias de aglomeração, nas relações e interdependência de serviços, quer a nível empresarial, quer a nível do consumidor comum, que potenciam a localização de atividades para funções centrais de nível relativamente elevado.

Por outro lado, a situação geográfica da cidade, equidistante de Lisboa e de Sevilha (importantes centros de consumo com aproximadamente 2 milhões e 1 milhão de consumidores), do litoral e interior, tanto na relação Norte/Sul como Este/Oeste, bem como a melhoria recente de algumas acessibilidades rodoviárias (incluindo algumas expectativas de investimentos futuros em termos de acessibilidades rodoviárias e ferroviárias) tende a reforçar a centralidade de Beja, sobretudo em relação aos setores de distribuição em grande escala.

É exemplo do primeiro aspeto referido a afirmação local das grandes/médias superfícies comerciais e o surgimento de novos estabelecimentos na área comercial e de serviços (“franchizados” ou não), e a manutenção de uma rede de comércio e serviços especializada.

Relativamente ao segundo aspeto, reforço dos fatores locais para o desenvolvimento de atividades, têm vindo a instalar-se em Beja empresas de distribuição, sobretudo nos ramos de comércio alimentar e bebidas, e a procura tem vindo a crescer, testemunhada pelos contatos desenvolvidos por operadores no GAD.

Esta tendência poderá traduzir, aliada a outros fatores, importantes sinais que venham a contribuir para ultrapassar barreiras preexistentes ao nível da fraca dinâmica empresarial e da fragilidade do tecido empresarial, condição para o incremento de centros logísticos, quer de abastecimento, quer de distribuição, associados à plataforma logística.

- g) **A renovação do sistema agrário** resultante da implementação do Plano de Rega do Alqueva, constitui um importante fator que contribui para o incremento de centros logísticos especializados, que reforça a afirmação da cidade como plataforma logística, bem como possibilita a consolidação da base económica regional, porque dá expressão à revitalização de produções já existentes e à diversificação de usos agropecuários, significando globalmente a intensificação das economias de proximidade nos espaços rural e urbano.

Assegurar a transformação e comercialização das produções do EFMA constitui um pressuposto estruturante que conduz a um novo padrão de atividades de índole logístico.

A contribuição do EFMA para a constituição de “Beja como Plataforma Logística” ao nível da componente do regadio vai seguramente desenvolver-se a partir de novas áreas de prestação de serviços independentemente do modelo de produção a adotar.

Na atualidade as formas de organização dos processos produtivos são muito exigentes, principalmente face aos fatores mais competitivos. Neste sentido, desenvolver-se-ão processos técnicos e tecnológicos altamente especializados que têm por base um referencial de segmentação de serviços em todas as fases da exploração dos perímetros de rega.

A relação com o mercado, quer ao nível do abastecimento técnico-material, quer ao nível do escoamento, também exigirá um domínio de intervenção muito especializado. A tendência ao nível do agricultor (organizado sob forma de empresa ou não) será cada vez mais de se assumir como um gestor de oportunidades e de recursos, deixando para outras entidades mais especializadas as atividades mais operativas inseridas em domínios de serviços de apoio à produção.

Este sistema de organização vai permitir a emergência de “nuvens” de prestadores de serviços em regime de contratação junto dos gestores dos perímetros e dos operadores produtivos, indispensáveis a uma exploração rentável dos recursos solo e água. Até na monitorização ambiental será necessário a existência de prestadores de serviços altamente especializados, em resposta às necessidades de um serviço qualificado.

Naturalmente que estes operadores de serviços privilegiam a sua instalação nos centros urbanos, devido à sua natureza e às economias externas e

externalidades ali existentes. Neste sentido, Beja tem condições para reforçar a componente de serviços constituindo um contributo para, no plano interno, aprofundar a sua base económica como uma plataforma logística de apoio ao território que polariza.

- h) **O Aeroporto**, por via da utilização da Base Aérea para fins civis, foi igualmente identificado no Plano Estratégico como uma oportunidade para a constituição de uma plataforma intercontinental para transporte de mercadorias e passageiros e como infraestrutura potencialmente distribuidora da produção gerada regionalmente.

Assim, o Aeroporto constitui uma das oportunidades mais significativas, porventura a de maior relevo, devido aos impactes diretos que poderá gerar no desenvolvimento da economia urbana da cidade. Os âmbitos identificados associados ao empreendimento têm vindo a ser sucessivamente reequacionados, sendo imprescindível manter o uso como entreposto internacional de mercadorias, incluindo a exportação de primores e outras produções agrícolas locais e regionais com forte incorporação de mais-valias nos mercados externos, com origem em componentes do EFMA. Novas valências colocam-se ao nível do transporte de passageiros, sobretudo com voos “charters”, o desenvolvimento de atividades associadas às novas tecnologias de informação e comunicação e, ainda, o incremento de áreas ligadas à manutenção de aeronaves, constituindo domínios de desenvolvimento de atividades que, direta ou indiretamente, reforçam a vocação da cidade como plataforma logística.

Deste modo, em termos da configuração da vocação desejável para Beja, os seus reflexos colocam-se à partida como um poderosíssimo fator de reforço da plataforma logística, concedendo-lhe uma nova dimensão através das possibilidades de alargamento da base económica.

- i) **O tecido industrial**, apesar de no Plano Estratégico lhe ter sido reconhecida pouca importância económica, é, no entanto, considerado um setor essencial para a recriação da base económica da cidade, nomeadamente, através do significado que pode representar para a sua diversificação e para o desenvolvimento da fileira agroindustrial (nomeadamente ao nível de unidades de pequena ou média dimensão, em torno dos clusters fundamentais para a afirmação competitiva da cidade).

Neste sentido, o tecido económico ou empresarial insere-se numa lógica estratégica por aquilo que representa enquanto base sustentável para promoção de processos de desenvolvimento, principalmente nos planos económico e social, e quanto aos reflexos que podem assumir tendo em conta o seu contributo complementar para a afirmação de Beja como plataforma logística.

- j) **Uma oferta ampla de serviços de apoio**, fortemente localizados em meio urbano, é finalmente um último vetor fundamental para a afirmação de uma plataforma logística como pilar vocacional para o desenvolvimento da cidade de Beja.

Sem a proliferação de um conjunto extenso e dinâmico de pequenas unidades económicas (sejam públicas ou essencialmente privadas ou de carácter associativo), que sustentem e apoiem a atividade desenvolvida pelos restantes atores económicos a sustentação de qualquer cluster, e nomeadamente de uma plataforma logística centrada na cidade, ficaria claramente comprometida.

É essencial a densificação do tecido de serviços de apoio na cidade, seja aqueles diretamente ligados à atividade económica (serviços às empresas, dos mais variados tipos, permitindo eventualmente a externalização e partilha de certas funções por parte dos agentes económicos de cada setor), permitindo a redução de custos de “contexto” e a exploração de economias de escala e gama conjuntas por parte dos agentes económicos, seja igualmente aqueles que se associa, ao consumo final das famílias e que serão essenciais nas suas preferências locativas, e determinantes nas suas decisões (ao longo do ciclo de vida) em relação à sua fixação e permanência ou não na cidade.

Transversalmente a todos estes aspetos, salienta-se ainda a necessidade do desenvolvimento de uma base económica mais integrada (e, portanto, também de uma maior colaboração e articulação interinstitucional), associada à emergência ou ao desenvolvimento de fileiras ou clusters mais estruturados (cruzando setores primário, secundário e terciário), que estará obviamente no cerne do desenvolvimento de atividades deste tipo, como serão as associadas à logística e à distribuição.

Globalmente e em síntese, podemos salientar que a afirmação deste pilar vocacional permite:

- Quebrar o isolamento da cidade (e aumentar a integração territorial sub-regional);
- Recrear e valorizar a base económica da cidade;
- Valorizar o espaço e as funções da cidade, melhorando a sua atratividade e o bem-estar oferecido às suas populações.

2.2 – O INCREMENTO DE UM POLO PARA A REALIZAÇÃO DE EVENTOS

Para a identificação/definição deste pilar vocacional consideram-se os elementos de fundamentação que seguidamente se apresentam.

a) Dinâmicas existentes no âmbito da realização de eventos e respetivos impactes

Tomando como referencial o conjunto de iniciativas e eventos levados a efeito, destacam-se, em traços gerais, alguns âmbitos que contribuirão, ou podem vir a contribuir, para minimizar o efeito de um ponto fraco extremamente importante relacionado com o elevado grau de isolamento da cidade e do concelho.

Com o Parque de Feiras e Exposições e os eventos realizados a projeção no exterior da cidade tem vindo, de modo lento mas gradual, a reforçar-se, quer a nível nacional, quer a nível transfronteiriço, onde se destacam as iniciativas OVIBEJA, MovelDecor – Feira do Móvel (única a Sul do País) e a própria RuralBeja, com a prossecução de determinadas iniciativas de âmbito regional e nacional.

No domínio do desporto também têm sido desenvolvidas iniciativas que dão, sobretudo à cidade, visibilidade, destacando-se a participação na Volta ao Alentejo em bicicleta, a passagem da Volta a Portugal também em bicicleta, Provas de BTT, com participantes de todo o País, provas de carros antigos e de todo o terreno, provas de atletismo e estágios que são realizados em Beja, em distintas modalidades desportivas, fruto das infraestruturas desportivas existentes.

Na área da cultura há a destacar diversos eventos com projeção a nível nacional, designadamente relacionados com a leitura e o livro, a animação juvenil, os encontros de associativismo, o festival de banda desenhada, o encontro de contadores de estórias, etc.

Com os investimentos feitos pela Administração Central e pelo Município na reabilitação do Cineteatro “Pax Júlia” e com a sua entrada em funcionamento, a cidade passou a ter, com regularidade, uma agenda cultural de âmbito sub-regional, que se reflete na tipologia de eventos que são concretizados, constituindo este equipamento, devidamente dinamizado, um fator de promoção de eventos com vista à afirmação de Beja no exterior.

b) Infraestruturas e equipamentos instalados

A oferta de equipamentos sociais e infraestruturas existentes ao nível da cidade e concelho constitui um ponto forte de grande importância para a afirmação do pilar vocacional associado a Beja como polo para a realização de eventos

A existência de espaços qualificados para a realização de atividades socioculturais e desportivas, as infraestruturas e equipamentos de ensino superior, a disponibilidade de espaços diversificados para a realização de feiras e exposições e a existência de boas acessibilidades e de uma boa localização, no plano nacional, constituem fatores, globalmente e em si mesmos, importantes para a afirmação deste perfil vocacional.

Assim, é de todo o interesse o aproveitamento destes meios como recursos para o desenvolvimento e aprofundamento da sua importância estratégica.

Neste sentido, estes fatores potenciadores de desenvolvimento mantêm a sua relevância constituindo importantes eixos de investimento material e imaterial e referenciais de interesse estratégico como suportes a opções relevantes para promoção de processos de desenvolvimento integrado.

O reconhecimento no PROTA da centralidade da cidade permite implementar enquadramentos estruturais, a partir dos quais é possível desenvolver entre os municípios da sub-região sinergias e

complementaridades no âmbito da organização de eventos, reservando-se à iniciativa de Beja a organização de eventos de nível supramunicipal, reforçando, assim, a sua vocação para a realização de eventos. Por outro lado, a estruturação em rede dos núcleos urbanos de igual valência hierárquica vem possibilitar, nos planos regional ou nacional, acomodar economias de escala na organização de eventos, através, por exemplo, da contratação conjunta de artistas e outros protagonistas ou agenciadores de eventos, ficando mais barato a sua concretização. Estas são formas de projeção da cidade no exterior e desenvolvimento de iniciativas conducentes ao reforço deste pilar vocacional da respetiva cidade e concelho.

A oferta qualificada de ensino, só por si, é um importante suporte indutor para a realização de eventos.

O espaço qualificado da cidade e a agregação de funções urbanas são traços marcantes de Beja que facilitam a afirmação deste perfil vocacional.

c) O contexto global de desenvolvimento e a afirmação deste perfil vocacional

Face ao contexto de desenvolvimento técnico e tecnológico associado ao EFMA, os seus reflexos no reforço de “Beja como polo para a realização de eventos” são importantes, porque por associação terão lugar na cidade iniciativas de diversas matizes, designadamente:

- encontros para divulgação de novos processos técnicos e de tecnologias;
- reuniões de negócios no âmbito dos operadores de serviços;
- exposições de produtos e equipamentos tecnológicos;
- certames temáticos relacionados com o regadio, numa lógica de divulgação das potencialidades do setor, ou de subsectores;
- conferências, colóquios e ações de formação de âmbito regional, nacional e mesmo internacional.

Estes alguns eventos que podem ser à priori identificados, para os quais a cidade dispõe de infraestruturas e equipamentos para a sua realização com qualidade.

O Aeroporto de Beja terá naturalmente efeitos muito positivos ao nível da afirmação de Beja como polo para a realização de eventos de natureza económica (negócios); técnica e tecnológica, cultural, desportiva e social.

A existência de um parque de feiras e exposições e de uma entidade gestora é fundamental para a realização de eventos, contudo até ao momento ainda não foi possível ancorar quatro ou cinco eventos com a envergadura da OviBeja. Assim como está em curso a consolidação de uma agenda de eventos com realizações periódicas e sistemáticas com forte impacto no exterior. Esta realidade emergente coloca obviamente dificuldades ao processo de afirmação deste pilar vocacional, com reflexos de causa e efeito, por exemplo, ao nível da capacidade de alojamento

instalada, sendo um fato o seu esgotamento efetivo em eventos mais expressivos, revelando forte atratividade.

Assim, apesar de não constituir hoje um fator estrangulador à realização de eventos, o alojamento assume e tende a assumir crescente influência no futuro. Idêntica situação se coloca com a capacidade de restauração existente na cidade. Neste sentido, importa genericamente articular esta problemática com a do turismo, de forma a serem alcançadas economias complementares e, sobretudo, diminuir a sazonalidade, ou pelo menos a irregularidade, que já é uma característica da procura e do funcionamento das unidades de alojamento instaladas.

Beja é referenciada como um centro possuidor de importante valor patrimonial e inserido numa vasta região com uma identidade cultural que constituem fatores que concedem à cidade uma individualidade própria.

Perante este contexto de base, com potencialidades relevantes, o desafio centra-se naturalmente na criação de um conjunto de produtos, associados a uma imagem forte, devidamente elaborada e divulgada, que assumam peso estratégico no desenvolvimento da cidade, ao nível dos eventos.

Esta abordagem afigura-se igualmente importante para aprofundamento e enquadramento de dinâmicas que visem transformar um calendário de eventos num suporte estruturado que lance as bases de afirmação do pilar vocacional.

De um modo mais abrangente, é fundamental a articulação com dois aspetos fulcrais que são pressupostos determinantes para a afirmação competitiva do concelho, designadamente:

- a necessidade de integração com atividades dos clusters económicos com potencial competitivo na região, sem separações artificiais do que serão atividades agrícolas, industriais ou de serviços (isto é, entendendo as cadeias de valor da produção destes bens como um *continuum*, ou seja, como um todo integrado, onde estes eventos podem assumir um papel fundamental, para a difusão de saber, a produção, ou a distribuição e promoção desses bens);
- a consolidação de um quadro de oferta de eventos que consubstancie, não só a realização de iniciativas de âmbito nacional ou regional, na perspetiva acima referida, mas que contemple uma oferta regular e densa de eventos (particularmente de índole cultural, de lazer, etc.), de âmbito mais sub-regional ou local, que permitam a satisfação local de um conjunto de necessidades da população local e envolvente, e que dessa forma, contribuam para o aumento do grau de atratividade da cidade (em termos residenciais e económicos), nomeadamente no que concerne à fixação e manutenção de recursos humanos mais qualificados (e exigentes), essenciais para o desenvolvimento da cidade.

O turismo de eventos, congressos, etc., é outro segmento que pode ser aproveitado e para o qual já existem também condições mínimas de acolhimento.

Também este setor se relaciona com este pilar vocacional, mas também com impactes significativos ao nível da afirmação de “Beja como centro qualificado de ensino e investigação” devido à interação que a componente das conferências e congressos poderá ter. Obviamente que a criação do aeroporto facilitaria todos estes processos de desenvolvimento.

Perante o referencial enunciado, afigura-se de grande importância a articulação desta perspetiva da “cidade de eventos”, de modo transversal com os diversos *clusters* estruturantes da atividade económica do concelho, enquadrando o desenvolvimento de uma “marca” para a cidade, associada a uma estratégia coerente e integrada de marketing regional.

Importa ainda referir que entender Beja como polo para a realização de eventos ajusta-se à preocupação de desenvolvimento sustentado, sendo que este âmbito tem impactes significativos ao nível do aproveitamento de potencialidades e recursos locais, sobretudo se devidamente articulados com os efeitos induzidos pelos projetos estruturantes, dando expressão aos vetores estratégicos de desenvolvimento fundamentais para o concelho. Em síntese e também segundo o *Plano Estratégico*, o Ensino Superior assume particular importância para a concretização deste pilar vocacional, bem como a cultura e o ambiente, o turismo e o tecido económico e empresarial. Assim, a concretização de projetos nestas áreas de intervenção conduz à afirmação deste pilar vocacional.

2.3 – A AFIRMAÇÃO DE BEJA COMO CENTRO DE ENSINO E DE INVESTIGAÇÃO

Este pilar vocacional baseia-se numa leitura sobre as potencialidades e fragilidades inerentes a este âmbito de desenvolvimento.

a) Questões gerais relacionadas com o ensino superior e profissional

No Plano Estratégico já se fazia menção à necessidade de valorização e qualificação do ensino e do sistema de investigação.

As razões aludidas pelo Plano sobre a importância estratégica deste domínio reportavam-se ao contributo para a fixação populacional, para a modernização do tecido económico e para o acréscimo dos níveis de cooperação com o exterior.

Estes âmbitos mantêm-se atuais, no entanto, há que referir que persistem muitos obstáculos ao papel que o ensino superior pode representar ao nível da modernização do tecido económico.

Estes obstáculos reportam-se à débil cultura institucional que impossibilita a concretização de objetivos relacionados com a abertura do ensino à comunidade e, por parte dos empresários, à fraca importância que é

reconhecida à investigação e formação técnica, como contributos efetivos para a promoção do desenvolvimento de processos de modernização. Há que apostar numa cultura de cooperação e interação entre os ensinos superior e profissional e o tecido económico, como forma de promoção do desenvolvimento e como contributo que vem facilitar a sustentabilidade das instituições de ensino e de investigação aplicada.

Em termos do papel que o ensino assume no contexto dos pilares vocacionais da cidade é óbvia a sua importância para concretização do desiderato de Beja se assumir como centro qualificado de ensino e investigação.

Neste âmbito o ensino profissional (principalmente se tiver um forte pendor tecnológico) é igualmente importante e fundamental, devido ao papel que pode desempenhar de apoio ao desenvolvimento e qualificação do tecido e atividade empresarial, bem como contributo para a projeção da cidade no exterior, através da sua afirmação como segmento de prestação de serviços ao território da sub-região.

b) Importância do ensino e da investigação no processo de desenvolvimento do Concelho

O ensino superior e profissional, bem como o desenvolvimento de um sistema de investigação, devidamente organizado e estruturado numa ótica aplicada, para responder às exigências de desenvolvimento local e regional, tendo em conta as realidades económica, social e física, representa um importante contributo para contrariar os aspetos negativos que caracterizam o Concelho, designadamente:

- o elevado grau de isolamento em que se encontra;
- a existência de uma base económica regional frágil e pouco diversificada;
- a prevalência de uma fraca dinâmica e qualificação empresarial;
- a manutenção das tendências de desertificação física e humana.

A qualidade do ambiente urbano, a oferta de equipamentos sociais e de infraestruturas a existência de algumas economias de escala ao nível da cidade e a localização do Concelho podem traduzir-se em fatores de relevância para afirmação deste pilar vocacional.

Estes fatores serão uma mais-valia importante a explorar - não obstante a reduzida dimensão populacional da cidade, fator que é contrariado pela dimensão territorial, propiciando a localização de atividades associadas a este pilar - que terão de ser inequivocamente relacionados com uma estratégia coerente de articulação com aqueles que são (ou serão) os clusters produtivos dominantes na região, evidenciando vantagens competitivas marcantes, associados a algumas atividades, designadamente agrícolas, agroindustriais, aeronáutica, etc.

A dinâmica de renovação do sistema agrário, resultante da implementação do Plano de Rega do Alqueva, constitui um importante fator para reforço e consolidação da base económica regional, porque possibilita revitalizar produções já existentes e diversificar usos agropecuários, significando globalmente a diversificação da economia rural, traduzindo-se numa

oportunidade para qualificar o ensino e empreender processos de investigação/inação aplicada.

Se se atender às implicações estruturais necessárias à renovação do sistema agrário, facilmente podem ser identificadas novos desafios relacionados, por exemplo, com o aprofundamento e desenvolvimento de novos sistemas culturais e de exploração racional e sustentável de recursos, incluindo a transformação, beneficiação e comercialização, constituindo domínios para os quais o ensino especializado e a investigação/inação são pressupostos relevantes de sucesso.

Há que dar consistência e conteúdo estratégico às intervenções relacionadas com esta componente de desenvolvimento, porque o que existe, na prática, são ideias ou ações soltas, no essencial desinseridas de um contexto estratégico global, muitas vezes desencadeadas de forma isolada, sem capacidade de afirmação e com impactes insignificantes ao nível da qualificação e desenvolvimento do ensino e da construção de um modelo de investigação/inação aplicada.

Os fatores locacionais do Concelho, entendidos na perspetiva de potencialidades de desenvolvimento, para reforçar centralidades e economias de escala, com as vertentes transfronteiriça e sub-regional, são uma evidência enquanto oportunidade ao nível da prestação de serviços associados, quer ao ensino, quer ao apoio técnico, onde a investigação e a inováção constituem assumidamente substratos de extrema relevância.

Assim, a oferta qualificada de ensino e a criação de dinâmicas de investigação e de inováção aplicadas reforçam âmbitos importantes de especialização urbana da cidade. Para isso, importa consolidar o binómio oferta/procura de ensino, não só a nível regional, como a nível nacional.

Por outro lado, em função das perspetivas de desenvolvimento regional, designadamente com a execução gradual do EFMA nas diversas vertentes, afigura-se importante aprofundar uma linha de especialização também para a investigação e prestação de serviços às atividades existentes e àqueles que previsivelmente irão emergir na sequência da concretização dos projetos estruturantes. Neste âmbito o Instituto Politécnico fez um estudo de natureza estratégica para perspetivar o desenvolvimento das suas vertentes formativas e de investigação. Foi um importante esforço que seguramente não foi secundado pela necessidade de criação de uma plataforma institucional que envolvesse a EDIA, os Municípios, outros estabelecimentos de ensino (superior e profissional) e os representantes do tecido económico e social.

Esta plataforma possibilitaria mais facilmente congregar os diversos esforços e atuações que, de forma direta ou indireta, poderiam confluír para o ajustamento das necessidades formativas e de investigação às realidades e perspetivas futuras nos domínios económico e social. Com este objetivo surgiu recentemente uma entidade de investigação, designada por “CEABAL”, ao nível das biotecnológicas.

O Aeroporto de Beja constitui uma das oportunidades mais significativas, porventura a de maior relevo, devido aos impactos diretos que poderá gerar no desenvolvimento da economia urbana da cidade. Neste domínio de desenvolvimento o ensino e a investigação e a inovação têm um papel muito importante como suporte para o aparecimento de iniciativas empresariais e criação de dinâmicas de diversificação de atividades.

Neste sentido, globalmente o ensino e a investigação/inovação pode representar um fator significativo como contributo para:

- Recriar a base económica da cidade;
- Valorizar o espaço e as funções da cidade.

c) Perspetivas de desenvolvimento do ensino e da investigação/inovação

Face às oportunidades de desenvolvimento da vertente de serviços, é previsível um impacto significativo do EFMA e do Aeroporto no reforço de “Beja como centro qualificado de ensino e investigação”, em que os ensinos superior e técnico-profissional assumam particular destaque, ao nível da qualificação de recursos humanos especializados, em dois planos distintos:

- como meio de satisfação de necessidades de RH inerentes a empresas que venham a instalar-se em Beja;
- no desenvolvimento de competências que fomentem a criação de atividades.

Naturalmente que a investigação, de acordo com as características do ensino que se dispõe, assume igualmente particular importância, sobretudo associadas às tecnologias de produção e de rega, através de especializações ao nível da ESA e da ESTIG, esta última devido à crescente importância das TIC’S no incremento de processos produtivos.

Estas questões afiguram-se de extrema importância, pelo que deverão ser atempadamente equacionadas e aprofundadas para aproveitamento, com objetividade e sentido estratégico, dos principais efeitos indutores do EFMA e dos seus reflexos transformadores ao nível das bases económicas local e regional, quer em contextos urbanos, quer em espaços rurais.

Face à importância crescente da mobilidade e da interligação em rede entre territórios, o aeroporto poderá servir igualmente para aprofundamento de funções em Beja que conduzam ao seu reforço, enquanto centro qualificado de ensino e investigação. Há na atualidade muitos domínios de investigação que são estruturados de forma descentralizada e em rede, permitindo o envolvimento de diversos centros de ensino e investigação, com ganhos significativos ao nível das economias dos espaços envolvidos, por via do aproveitamento de recursos e interações científica e técnica que permite incorporar várias perspetivas e componentes do saber. Assim, este quadro de organização global do trabalho constitui uma importante oportunidade de desenvolvimento, principalmente da cidade.

Tendo em consideração a hierarquia urbana estabelecida recentemente em instrumentos de política de desenvolvimento e de ordenamento, o aproveitamento de complementaridades com o sistema de ensino/formação a nível regional - explorando a diferenciação e articulando esta oferta, em particular, com a oferta formativa de outras cidades (nomeadamente Évora e Faro) -, afigura-se de extrema importância para a valorização, afirmação e sustentabilidade do respetivo pilar vocacional.

Para afirmação desta vocação é relevante a necessidade de articulação institucional, em particular em relação ao ajustamento da relação entre procura e oferta de competências. Assim, afigura-se fundamental incrementar processos de cooperação entre as instituições de formação (superior, em particular IPB, e não superior) e as principais associações empresariais e agentes económicos do concelho, de forma a explorar as possibilidades de criação de soluções institucionais que permitam tirar partido dessa articulação. Seria igualmente importante, p.ex. em setores como o aeronáutico, a colaboração institucional envolvendo entidades de âmbito nacional ou internacional, de modo a explorar formas potenciais de colaboração e de desenvolvimento, a nível local, de interfaces entre empresas, sistemas de formação e tecnologias.

Importa ainda referir que este âmbito permite congregiar diversos esforços e atuações que, de forma direta ou indireta, poderão confluir para o ajustamento das necessidades formativas e de investigação às realidades e perspetivas futuras nos domínios económico e social.

A resposta às necessidades de qualificação do ensino e do sistema de investigação constitui um importante contributo para a fixação populacional, para a modernização do tecido económico e para o acréscimo dos níveis de cooperação com o exterior.

Entende-se como fundamental que, por um lado, a cultura institucional abra o ensino à comunidade e, por outro, que os empresários reconheçam a investigação e a formação técnica como fatores imprescindíveis à concretização de processos de modernização. Assim, é essencial investir numa cultura de cooperação e de interação entre o ensino superior e o tecido económico, como forma de promoção do desenvolvimento e como contributo que facilitará a sustentabilidade das instituições de ensino e de investigação. A investigação deve ser eminentemente aplicada, ou seja, em termos de conteúdos e escalas de concretização por forma a estar adequada às realidades e exigências do tecido económico e social da região.

Este pilar vocacional tem reflexos na estruturação de outro pilar, designadamente “Pólo para a realização de eventos”.

2.4 – A CONSOLIDAÇÃO DE BEJA COMO CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS DO BAIXO ALENTEJO, ENQUANTO POLO REGIONAL

A justificação deste pilar vocacional decorre de análises de múltiplas temáticas inseridas neste âmbito de desenvolvimento.

A atividade económica da cidade de Beja, claramente terciarizada, está atualmente centrada essencialmente na prestação de serviços à sub-região envolvente (sejam públicos sejam privados), claramente dominantes na estruturação da economia e do emprego locais, de entre os quais se destacam, com uma importância fundamental, as atividades do comércio e dos serviços públicos.

Esta polarização desenvolve-se de modo natural e deve-se a dois motivos fundamentais:

- por um lado, devido à fragilidade de outras atividades económicas, nomeadamente de clusters centrados na produção e transformação de bens materiais, fato que afeta a generalidade das cidades médias do interior português;
- por outro lado, as transformações estruturais ocorridas nas sociedades contemporâneas ao nível das formas de organização e da natureza das atividades económicas, em que o peso dos serviços é, em termos de criação de valor e emprego, crescentemente dominante, determinam que as lógicas de análise referentes à estrutura e incremento destas atividades facilmente se tornam obsoletas, principalmente se se atender que a distinção entre agricultura, indústria ou serviços (ou entre produção de bens materiais ou imateriais), tem pouco significado prático, porque estas atividades tendem a ser menos dissociáveis. A produção de qualquer bem ou serviço contém, na sua cadeia de valor, uma parcela, cada vez mais significativa, de “serviços” incorporados, que assumem uma parte, progressivamente, mais relevante do valor desses produtos (e conseqüentemente, do valor criado e distribuído na economia, incluindo no emprego, em particular no espaço urbano, mesmo nas cidades mais “industrializadas”).

Será portanto natural (e extremamente importante) a assunção dos serviços, dos mais variados tipos, como pilares estruturantes do desenvolvimento de uma cidade ou região. Isto tanto faz sentido para os serviços que podemos englobar diretamente nos clusters específicos em que se suporta a base económica de cada espaço, como igualmente no conjunto de serviços transversais (às empresas e aos utilizadores finais) que estruturam grande parte das atividades económicas e sociais nas cidades contemporâneas e que garantem qualidade de vida e bem-estar às pessoas (desde a saúde e educação ao entretenimento e lazer, desde a administração pública e à oferta de serviços de apoio – como limpeza, ou segurança - à estética ou ao comércio especializado).

Neste quadro, será impensável não considerar as funções que Beja desempenha (e nas quais se tem vindo crescentemente a destacar) como centro prestador de serviços (tanto públicos como privados) e de funções centrais, para todo um *hinterland* envolvente e funcionalmente dependente desta cidade (a diversas escalas, obviamente, para funções centrais de diversos âmbitos, a nível regional e sub-regional). Estas atividades são fundamentais para a afirmação competitiva da cidade, estruturando grande parte da sua base económica e potenciando qualidade de vida e funções centrais exigidas cada vez mais pelos residentes, sendo consideradas como fundamentais para a sua vida quotidiana e portanto encaradas como essenciais para a sua permanência a longo prazo na cidade.

Num quadro em que os clusters que suportaram tradicionalmente a base económica da cidade estão a atravessar uma necessária reestruturação, havendo possibilidades de afirmação de outras atividades, embora algumas ainda bastante

embrionárias (e em grande parte dependentes de alguns investimentos estruturantes com carácter essencialmente exógeno), a atividade económica na cidade tem crescido claramente, face à envolvente; isto acontece pois a cidade tem vindo a polarizar a atividade económica de âmbito sub-regional, em particular serviços dos mais variados tipos, face a todo o Baixo Alentejo, embora não tenha desenvolvido muitas funções mais especializadas (perdendo até bastantes funções centrais para Évora ou outros polos urbanos regionais, que importa eventualmente desenvolver, explorando redes de complementaridades com esses polos).

A este propósito, e se relembrarmos a identificação efetuada no diagnóstico de um conjunto de 7 grandes *clusters* de atividades com potencial de desenvolvimento na cidade no âmbito económico: Atividades agrícolas e agroindustriais; Logística; Aeronáutica; Turismo; Lazer, entretenimento e cultura; Serviços de proximidade e “urbanidade”, às famílias e às empresas; Atendimento social de proximidade; (articulados com atividade transversal, ao nível dos serviços de apoio, dos serviços públicos, da pequena atividade industrial, construção e obras públicas, do sistema de educação e formação, da I&D, etc.); pode-se destacar claramente a importância para a cidade de Beja da prestação de serviços e funções centrais superiores em todos eles, mas particularmente, naquilo que mais interessa no que concerne a este pilar vocacional, isto é em relação aos 4 últimos (sejam serviços e funções prestadas no âmbito da administração pública, nacional, regional e local, sejam prestadas por agentes privados ou pelo 3º setor).

Neste quadro, e tendo em conta a importância fundamental destas atividades na economia local, gostaríamos de destacar um conjunto de 4 aspetos fundamentais para a afirmação deste pilar no perfil vocacional da cidade, ou seja, para a clara afirmação de Beja como centro administrativo e de serviços do Baixo Alentejo.

Em primeiro lugar, a questão da expressão da situação de uma certa relatividade que comporta face à posição que a cidade ocupa na(s) hierarquia(s) urbana(s) (por muito flexível e não determinista que esta seja), e consequentemente o significado referente à capacidade de desenvolver determinados tipos de funções. Com efeito, importa destacar um aspeto associado a estas noções de polarização, hierarquia de funções centrais e áreas de influência, sendo que Beja tem um nível de destaque sub-regional no seio de um sistema urbano mais amplo, dinâmico e em permanente transformação, o qual implica adaptações permanentes, tanto no que concerne à escala sub-regional (onde a cidade tem conseguido afirmar-se, gerando dinâmicas crescentemente polarizadoras nas últimas décadas), como à escala regional ou nacional (onde, pelo contrário, a posição não tem sido de afirmação permanente, embora haja áreas ou campos onde este potencial possa ser claramente explorado).

Neste quadro, é importante para a cidade a exploração do potencial de inserção em redes, de forma a possibilitar a construção de massas críticas que permitam a existência de funções centrais mais especializadas ou qualificadas; a partilha de recursos e estruturas entre agentes, bem como a exploração de complementaridades com outros centros urbanos poderá ser a chave para a dinamização de certos serviços e funções centrais, de âmbito eventualmente até

suprarregional, através da formação e exploração de massas críticas e do aproveitamento de recursos qualificados, em áreas específicas, onde a cidade consiga obter vantagens competitivas relevantes:

Um segundo aspeto, intimamente associado ao anterior, reporta-se ao fato de a ligação da cidade com o exterior passar pela articulação dos recursos endógenos com a capacidade de exploração de fatores exógenos (seja tanto na vertente da valorização dos setores tradicionais, como na da diversificação e consolidação de novos setores). Neste quadro, a capacidade de inserção externa dos agentes locais e a possibilidade de colaboração entre os agentes e recursos endógenos afigura-se fundamental. A dimensão de articulação institucional e de estabelecimento de soluções de colaboração entre agentes será assim crucial, bem como a dimensão política e institucional, a qual é igualmente extremamente relevante: questões como a da regionalização e da formação de comunidades intermunicipais; o papel das associações de desenvolvimento regional; a concertação interinstitucional público-público e público-privado, a capacidade de *lobbying*, por exemplo, serão fatores fundamentais para a afirmação da cidade e das funções que esta desempenha para os diversos *hinterlands* (e, particularmente, no que concerne aos serviços da administração pública).

Um terceiro aspeto a destacar prende-se igualmente com a prestação de funções centrais por parte da administração pública e com os dilemas associados à localização de serviços públicos. Dois dilemas poderão aqui ser destacados:

Um primeiro é o dilema entre eficiência e equidade, que está inevitavelmente sempre patente na definição de uma rede de equipamentos ou serviços públicos, bem como na necessidade de decisão (técnica, mas também e essencialmente política) a ele associada. O *trade off* entre o aumento da dispersão territorial de um equipamento e os custos da sua provisão (associado ao alcance desse bem e ao custo que o utilizador tem de afetar para aceder a esse bem) é não só intuitivamente por todos partilhado, como igualmente tradicionalmente assumido na decisão política e na análise académica e científica. Não deixa no entanto por isso de dispensar a necessidade de uma opção, que mais do que técnica é, em última instância, política, e se articulará eventualmente com os níveis de expressão de interesse territorial protagonizados. Se pensarmos, a título ilustrativo, na implementação de equipamentos de proximidade, este dilema coloca-se claramente, ao confrontarmos lógicas nacionais em que um concelho da periferia de uma área metropolitana (por exemplo Sintra) terá quase tanta população como uma região que ocupa quase 1/3 do território do país (Alentejo): a possibilidade de utilizar um critério cego como o nº de utentes (remetendo para uma maior eficiência) na definição da rede será aqui dificilmente equacionável face a outros critérios (como por exemplo a distância que um utente teria de percorrer para aceder ao respetivo equipamento – remetendo para a equidade) tendo em conta a grande disparidade das duas situações.

Um segundo dilema de fundo é o que se verifica entre cooperação e competição, e que está intimamente relacionado com a já referida necessidade de formação de massas críticas e com a necessidade de articulação em redes para poder sustentar a existência e o funcionamento de certos equipamentos, garantindo

massas críticas, em termos de competências, de recursos, de mercados, de índole institucional, etc., que permitam gerar uma dimensão mínima necessária à sua exploração. Por exemplo, se pensarmos na profusão de equipamentos culturais ou desportivos (ou outros), que têm florescido com a descentralização de competências e o acesso a recursos financeiros que têm permitido a dotação da generalidade dos concelhos do país de equipamentos de boa qualidade, embora inquestionável na ótica da promoção do bem-estar das populações, tem gerado múltiplas situações em que na prática a gestão desses equipamento debate-se com bloqueios, face às dificuldades de mobilização de recursos e competências a nível local para o seu funcionamento (estruturas técnicas, existência de produções, etc.), ou mesmo face simplesmente aos seus elevados custos de manutenção.

O fomento da inserção em redes, para a construção de massas críticas que permitam a existência de funções mais especializadas / qualificadas e o aproveitamento comum de recursos e competências (por exemplo, itinerância de espetáculos ou produções, partilha de staff técnico, complementaridade ao nível da própria dotação em equipamentos) necessita claramente de ser mais explorado, de forma a evitar situações deste tipo que acabam por não configurar equipamentos que na prática sejam utilizados e não aproveita à qualidade de vida e bem-estar das populações locais.

A articulação entre os diversos interesses territoriais expressos a níveis de intervenção pública distintos (o interesse regional, o interesse municipal, o interesse nacional, ou outros) é aqui fundamental, sendo imprescindível a procura de mecanismos (mais) eficientes de articulação da atuação política a estes diversos níveis.

Finalmente, um último aspeto essencial para o entendimento e fundamentação deste pilar vocacional da cidade, associa-se com o impacto que estas atividades têm ao nível da qualidade de vida, da vitalização urbana e, no fundo, do desenvolvimento da cidade nas suas diversas dimensões (económica, social, ambiental, de participação cívica das populações). Com efeito, a afirmação de Beja como centro administrativo e de serviços do Baixo Alentejo é um aspeto fundamental, como já se referiu, para a dinamização e sustentabilidade da cidade, não só pelo peso social e económico que estas atividades (mais do que quaisquer outras) representam atualmente para o tecido social da cidade, como, sobretudo, pelo potencial e pelo papel determinante que estas atividades (tanto públicas como privadas) têm para a fixação da população local e para a promoção da urbanidade, fator crucial para as vivências e os estilos de vida da maior parte da população atual. Com efeito, existe uma clara associação destas atividades económicas com a revitalização do tecido urbano e a promoção da urbanidade (pequeno comércio, lazer e cultura) gerando, por um lado, amenidades que permitam fixar e manter a população (e, em particular, a retenção de recursos humanos qualificados), e por outro o papel fundamental que desempenham para a requalificação e redinamização urbanística de certas áreas da cidade. A sua importância estratégica para a economia da cidade tende a ser sistematicamente subvalorizada face à sua fraca visibilidade nos documentos de análise e de estratégia sobre a cidade (bem como às lógicas tradicionais de análise económica), mas estas são atividades cujo impacto, social, económico e

urbanístico na cidade pode ser bem maior do que aquele que usualmente é considerado, particularmente em cidades com as características de Beja.

2.5 – A PROMOÇÃO DE UMA AGRICULTURA EMPRESARIAL E COMPETITIVA ASSOCIADA AO EFMA

A realidade nestes últimos anos já evidencia um conjunto de dinâmicas de transformação que justificam considerar os impactes subjacentes à implementação do EFMA como pressupostos estruturadores de um processo de afirmação que conduz a um pilar vocacional.

Na nota de apresentação do Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural afirma-se que *“A última grande reforma (da PAC), iniciada em 2003, constituiu um novo marco: o modelo de apoio ao setor, mais intervencionista e regulamentador, vai-se transformando num outro em que as orientações determinantes são fixadas pelo mercado. Este novo enquadramento comunitário, de crescente liberalização das regras, vem ainda acompanhado de maiores exigências sobre a qualidade, segurança alimentar e ambiente, inseridos num contexto internacional cada vez mais concorrencial.*

A agricultura portuguesa, desde a produção à indústria, está, pois, confrontada, com uma situação, mais exigente e rigorosa, mais complexa e menos protecionista. Para fazer face a esta mudança de paradigma é necessário compreendê-lo, aceitá-lo e procurar agir neste novo quadro de referência.

É neste contexto, após avaliação do estado do setor, apresentada de forma mais desenvolvida e fundamentada, que a linha de força da estratégia para os próximos anos aposta no desenvolvimento das nossas potencialidades para criar mais riqueza, através duma melhor e mais eficiente utilização dos recursos naturais, humanos e financeiros.”

Está neste contexto implícito a necessidade de proceder ao desenvolvimento de uma agricultura competitiva, de base empresarial, com dimensão adequada para vencer os problemas decorrentes da concorrência em mercados cada vez mais globalizados.

O concelho de Beja apresenta, ou apresentará num futuro próximo, um conjunto de recursos agrários significativos com grande potencial para a implementação de uma agricultura desse tipo.

Em geral, durante as últimas décadas do século passado a produção agrária experimentou um processo acelerado e sustentado de concentração empresarial. Este processo, também denominado ajuste estrutural, caracteriza-se pela diminuição do número de explorações agrícolas e pelo incremento da dimensão das que permanecem em atividade. Outro aspeto relevante da produção agrária refere-se ao desenvolvimento da tecnologia, com especial ênfase na mecanização dos processos produtivos e na conseqüente diminuição do número de trabalhadores agrícolas empregados. Todos estes processos de ajustamento são conseqüência da necessidade de redução dos custos de produção, indispensável ao aumento de competitividade, imposta esta pela lei da concorrência em mercados dos produtos agroalimentares de produção em larga

escala, cada vez mais globalizados. Parte significativa dos produtos agrários apresenta características do tipo “comodity”.

Para concorrer nestes mercados globalizados só é competitiva uma agricultura intensiva, de larga escala, mecanizada, com organização comercial desenvolvida, no fundo, uma efetiva agricultura empresarial.

Que argumentos apresenta o concelho de Beja para desenvolver este tipo de agricultura?

Apresenta um leque significativo de recursos, todos eles necessários, mas não suficientes: solo, água e unidades com dimensão, proximidade dos mercados e infraestruturas necessárias para a exportação.

O concelho de Beja possui uma extensa área de solos de grande potencial agrícola, incluídos, por isso, na Reserva Agrícola Nacional, são afamados de há longa data os Barros de Beja.

Com a implementação, num futuro próximo, do regadio, com a utilização de água proveniente da Barragem do Alqueva, aumentará significativamente o potencial desses solos. A transformação do sequeiro em regadio trará uma maior expressão e competitividade à agricultura empresarial de larga escala.

Em relação à média nacional, o concelho de Beja caracteriza-se por apresentar uma estrutura fundiária em que predominam, em termos de área, as propriedades de dimensão superior a 100 ha, o que explica que predominem no concelho, também em termos de área, as unidades produtivas de média e grande dimensão. Estrutura essa que é indispensável para a produção agrícola intensiva, mecanizada e empresarial, produzindo a custos competitivos.

Produzir em larga escala implica ter acesso a mercados com dimensão para absorver a oferta acrescida de produtos. O concelho de Beja está localizado relativamente perto dos mercados de Lisboa e do Algarve. Com a implementação da Plataforma Logística, ligada ao Aeroporto, e pela proximidade do TGV, Beja ficará dotada de infraestruturas essenciais que permitirão criar fluxos significativos de exportação de bens com origem na agricultura de regadio, de base empresarial.

Como foi referido este tipo de agricultura, pelos maiores consumos de químicos que acarreta, tem de ser acompanhada de maiores exigências sobre a qualidade, segurança alimentar e ambiente, inseridos num contexto internacional cada vez mais concorrencial. Os consumidores nacionais e internacionais são cada vez mais exigentes quanto à segurança alimentar. O público, em geral, está cada vez mais informado e mais exigente relativamente à degradação ambiental e à conservação da natureza e dos recursos naturais. Nesse sentido, especial atenção deve ser dada ao aquífero existente no subsolo dos Gabros de Beja. É manifestamente necessário adotar um código de boas práticas agrícolas de regadio.

O concelho de Beja possui um conjunto significativo de recursos agrários necessários à implementação da produção agrícola de massa e competitiva. Esses recursos são necessários, mas não suficientes por si só. O potencial desses recursos só se manifestará de forma satisfatória se surgirem empresários que

entendam e aceitem estes novos paradigmas, a adaptação e o desenvolvimento de uma nova organização do setor é outra condição imprescindível.

2.6 – O APROVEITAMENTO DE UM ESPAÇO RURAL CENTRAL, MULTIFUNCIONAL, DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E HUMANIZADO

Fatores locacionais e de acessibilidade induzem uma perspectiva de desenvolvimento que, face à importância que assume no plano de desenvolvimento local e regional, importa destacar por possibilitarem o desencadeamento de dinâmicas que elevam o espaço rural e as suas características a assumirem a valência de categoria estratégica como pilar vocacional.

Tem sido constatado que, em parte cada vez mais significativa dos espaços rurais, está a reduzir-se a sua função de produção agrícola, a qual tem sido, essencialmente, o fornecimento de bens alimentares.

Em parte desses espaços mantem-se uma produção extensiva, centrada em bens de qualidade destinados a nichos específicos de mercado, a consumidores de renda mais elevada. A esse tipo de agricultura está associado o paradigma da multifuncionalidade dos sistemas, ou seja para além de bens de consumo agroalimentar emerge uma gama variada de serviços e bens de tipo ambiental e social que a sociedade, em geral, valoriza cada vez mais. Estes bens e serviços com origem na multifuncionalidade dos sistemas podem, e devem, constituir recursos para o desenvolvimento rural.

Noutra parte daqueles espaços, em que o património natural está mais preservado, a relação da sociedade com o território rural centra-se sobretudo na gestão ambiental desses espaços. Os valores patrimoniais destes espaços justificam as políticas e os recursos públicos de apoio à sua conservação.

Naqueles outros espaços, defende-se que as políticas de apoio sejam sustentadas pelo seu carácter multifuncional.

No Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural afirma-se que *“Na agricultura e floresta portuguesas ainda existe um potencial de crescimento e desenvolvimento por explorar. Ele existe sob a forma de condições naturais de produção com vantagens competitivas, da sua inserção no espaço comunitário, do conhecimento e existência duma riqueza no saber fazer, a que cresce uma situação ambiental rica e variada.*

O consumo evoluiu, é mais diversificado e exigente procurando, além de produtos indiferenciados a preços competitivos, uma gama de produtos com maior qualidade e diferenciação.”

No PROTA explicita-se que no Alentejo se deve *“Desenvolver o modelo de produção agro-florestal com base nas fileiras estratégicas regionais, garantindo a utilização racional dos recursos disponíveis e promovendo a diversificação das produções e a multifuncionalidade da exploração agrícola.*

Aumentar a atratividade das zonas rurais, com base na multifuncionalidade do espaço rural através de uma dinamização integrada dos sectores que podem contribuir para a revitalização económica, para a valorização e

sustentabilidade ambiental, e para uma melhoria global da qualidade de vida.

a) Promover o desenvolvimento equilibrado e sustentado dos espaços rurais e dos recursos naturais.

O Concelho de Beja integra três unidades territoriais distintas, que de forma simplificada, foram definidas no PROTA como, *Campos do Baixo Alentejo, Terras Agrícolas (Regadio do Alqueva) e Sistema do Guadiana*. As opções e linhas de orientação estratégicas para estas unidades territoriais são substancialmente diferentes pelo que o emprego do termo “espaço rural” obriga à concretização da unidade a que nos referimos, de forma a homogeneizar conceitos

Tendo em vista a identificação de traços característicos em que se baseiam as estruturas agroambientais, subdividimo-los em: -comuns às três unidades; ou específicos a cada uma delas.

Aplica-se à generalidade dos espaços a necessidade de preservação dos sistemas naturais/culturais e a utilização sustentável dos recursos.

O PROTA refere que a *“estratégia para uma gestão sustentável dos espaços rurais e dos recursos naturais assentará em objetivos específicos tais como: manter a atividade agrícola ou florestal em zonas com condicionantes ou desvantagens naturais; preservar os recursos naturais e a paisagem no âmbito da atividade agrícola e florestal; tornar a floresta mais estável e resistente aos agentes bióticos e abióticos; incentivar os sistemas florestais e agroflorestais compatíveis com o ambiente e promover a eco-eficiência.”*

Relativamente à conservação dos recursos naturais surgem como prioritárias as medidas de preservação e/ou recuperação dos recursos hídricos, em quantidade e qualidade, considerando-se este recurso como “estratégico e estruturante”. A complementaridade da utilização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos deve ser encarada como essencial e a sua gestão otimizar *“no espaço e no tempo as potencialidades hídricas de cada sistema aquífero, de acordo com a procura prevista”*. Uma vez que o principal aquífero do sul de Portugal encontra a sua maior extensão no território do Concelho de Beja, a gestão do mesmo deverá ser encarada como um pilar do desenvolvimento rural.

O PROTA refere ainda que *“O desenvolvimento de um sistema territorial de estabilidade ecológica que estabeleça ou aumente a conectividade, melhora a qualidade da paisagem do ponto de vista da biodiversidade, ao aumentar a resiliência dos habitats/ecossistemas e ao facilitar a adaptação das populações, criando sistemas de suporte de vida mais estáveis e perenes”*. Dado que o concelho de Beja integra áreas protegidas, nomeadamente integradas no Parque Natural do Vale do Guadiana, e Rede Natura, para além de outras de elevada importância para a conservação da natureza, a criação de uma estrutura ecológica municipal deverá contribuir para *“(…)assegurar a estrutura dinâmica dos ecossistemas a fim de beneficiar os serviços que estes providenciam, nomeadamente, na*

alimentação (agricultura), no controlo da erosão, na manutenção do ciclo hidrológico e nos serviços culturais (turismo) “

A manutenção e valorização da biodiversidade deverão ser conseguidas com a articulação dos programas de gestão dos sistemas naturais (Áreas Protegidas e Rede Natura) e as oportunidades das atividades produtivas.

Tendo-se apresentado sumariamente os aspetos comuns às unidades territoriais em questão, importa agora concretizar o que de específico cada uma dessas unidades encerra.

As unidades territoriais, *Campos do Baixo Alentejo, Terras Agrícolas (Regadio do Alqueva) e Sistema do Guadiana*, foram nas últimas décadas, sujeitas a rápidas transformações dos sistemas de uso do solo. As alterações decorrentes da política de desenvolvimento agrícola introduziram modelos de exploração, para os quais ainda não se iniciou um processo de ajuste em mecanismos de compensação ambiental capazes de corrigir e/ou minorar os aspetos negativos. De entre as três unidades, será eventualmente a área de *Terras Agrícolas* aquela sobre a qual incidem transformações mais aceleradas pela alteração de sistemas de sequeiro a regadio. O acréscimo de produtividade do sistema agrícola bem como os apoios previstos no Programa de Desenvolvimento Rural, permitem a implementação de investimentos na agricultura ou silvicultura com objetivos de requalificação e ou valorização ambiental. Relativamente à unidade territorial *Terras Agrícolas* devem ser reintroduzidas as estruturas ecológicas e reposta a capacidade funcional da paisagem.

O *Sistema do Guadiana*, engloba três subunidades, sendo o limite nascente do concelho de Beja um corredor natural definido pelo sistema ribeirinho da subunidade 5C- *Vale do Baixo Guadiana e afluentes*. Como espaço estruturante da rede ecológica regional é considerado “*com grande vocação potencial para turismo ecológico e de natureza.(...) A ocupação agro florestal deverá ser compatível com o controle dos processos associados à desertificação.*”

A unidade *Campos do Baixo Alentejo*, encontra-se na zona sul do concelho de Beja. Para esta unidade territorial, o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Baixo Alentejo abrange a zona designada por *Campo Branco*. Os objetivos específicos desta unidade são a “*implementação e incrementação das funções de silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores, conservação dos habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, e de proteção*”. Parte da área da Zona de Proteção Especial de Castro Verde integra território do concelho de Beja. Nesta área a Conservação de Habitats aponta como “*Ocupação Cultural Dominante*”, *sistemas Agroflorestais de Conservação Ambientalmente Equilibrados*”

- b) Consolidar o Alentejo como destino turístico, associado a uma oferta seletiva e ajustada com as características ambientais, naturais e patrimoniais, desenvolvendo uma fileira de produtos turísticos de elevada qualidade e identidade.”**

O concelho de Beja inclui extensas áreas que não vão ser reconvertidas ao regadio manifestamente por falta de potencial.

Que recursos existem nesses espaços e qual o seu potencial para o desenvolvimento? Podemos agregar os seus recursos em 4 grandes grupos:

- Montados de azinho, olivais tradicionais, áreas de terra limpa e pastoreio para raças pecuárias autóctones;
- Paisagens e Espaços de conservação: limite com Castro Verde e Parque do Guadiana Médio;
- Património rural construído: aldeias, pequenas localidades, montes e assentos de lavoura;
- “Património social”; Saber fazer tradicional e Produtos de qualidade, alguns com proteção comunitária. Culinária, pão, produtos transformados.

Os diversos tipos de património aqui considerados permitem, de forma mais ou menos integrada, produzir bens e/ou serviços destinados a 2 tipos distintos de consumos; bens agroalimentares com atributos de qualidade e/ou valor nutricional específicos diferenciados, e consumos associados ao lazer; visitas de recreio, caça e pesca.

Na gestão dos recursos incluídos nos grupos 1, 3 e 4 deverá estar implícita a utilização ou uso compatível com a conservação. Já os recursos incluídos no grupo 2 reclamam que a ênfase seja posta na conservação, portanto um uso em conformidade.

A conservação da avifauna nas planícies do Campo Branco necessita do uso do solo pelo cultivo de cereal em rotações longas.

O uso das raças autóctones, do montado de azinho, das terras limpas e do olival tradicional para fins produtivos deverá ter sempre em conta os condicionalismos inerentes à respetiva preservação.

A preservação do património social envolve a transmissão dos saberes às gerações futuras.

Em geral, os recursos que estamos a considerar são do tipo patrimonial que implicam a noção da existência de um valor legado, ou seja, de transmissão intergeracional.

Face à localização geográfica do concelho de Beja e atendo às facilidades na acessibilidade ao território o espaço rural é simultaneamente central e multifuncional das suas características constitutivas. Estes atributos concedem ao espaço rural do concelho natureza estratégica relativamente ao desenvolvimento local. É com este sentido que o espaço rural do concelho pode ser considerado como um pilar vocacional de desenvolvimento.

3. LINHAS DE ORIENTAÇÃO ESTRATÉGICA

Tendo em atenção o que representam as Linhas de Orientação Estratégica (LOE) na estrutura da estratégia para o desenvolvimento da cidade e do concelho, nomeadamente, em relação às orientações que revelam maior motricidade ao nível dos processos de mudança, foram identificadas as linhas de orientação estratégica que correspondem a traços marcantes de intervenção ajustados, em princípio, à realidade e às perspetivas de desenvolvimento para o território em causa.

Assim, as LOE, atendendo às áreas de formulação e ao seu conteúdo, prefiguram âmbitos claros de intervenção para em torno das vocações da cidade serem alcançadas dinâmicas conducentes à concretização, no futuro, das perspetivas atuais de desenvolvimento e de ordenamento, constituindo eixos fulcrais de atuação para alcançar os propósitos estratégicos definidos previamente. Tendo em consideração um quadro de especialização, com reflexos na rede urbana estruturada nos planos nacional, regional e, eventualmente, internacional e transfronteiriço (dada a proximidade de Espanha e as oportunidades que o centro urbano de Beja dispõe para alargar a sua área de influência àquele território), a estratégia referenciada nas LOE tem de ser compaginável com um quadro efetivo de concretização exequível e realista.

Em termos económicos e sociais, é importante identificar áreas fundamentais de ação que sejam baseados nos pressupostos vocacionais da cidade e concelho e que sirvam de enquadramento para desencadear apostas válidas ao nível do desenvolvimento deste território.

É neste contexto de abordagem dos processos de desenvolvimento que assume particular relevância a identificação das Linhas de Orientação Estratégica, que são:

- *Projetar Beja no exterior e quebrar o isolamento do Concelho;*
- *Revitalizar e diversificar a base Económica do Concelho;*
- *Valorizar, de modo sustentável, o território e reforçar a identidade do Concelho;*
- *Qualificar o espaço urbano e dinamizar as funções da cidade;*
- *Valorizar os Recursos Humanos, desenvolver as capacidades organizacionais e promover o desenvolvimento social.*

3.1 - PROJETAR BEJA NO EXTERIOR E QUEBRAR O ISOLAMENTO DO CONCELHO

O sentido de qualquer intervenção que se identifique com esta linha de orientação visa, no essencial e a diferentes níveis, potenciar formas de afirmação, relacionamento e cooperação com o exterior.

Num contexto de abertura crescente da economia e sociedade ao exterior, assume particular relevância que as interdependências (relações e impactes locais) e os quadros de intervenção que concedem projeção à cidade e concelho sejam abrangidos pelo sistema de planeamento. Em primeira instância esta LOE concretiza-se com base na dinâmica e vitalidade da estrutura económica e social, ocupando o comportamento dos seus agentes papel de realce, bem como

o estado de desenvolvimento e o nível de maturidade das atividades que têm lugar no território.

Apesar desta determinante fundamental, a LOE deverá igualmente corresponder a uma atitude proactiva subordinada a uma perspetiva de intervenção, assumida plenamente pelos agentes locais, e estruturada com base na identificação de objetivos, medidas e ações precisas e na definição dos meios necessários e dos modos de concretização. Neste sentido, todas as componentes de intervenção contribuem, direta ou indiretamente, para a concretização desta linha de orientação estratégica.

Como fator de integração, importa referir um instrumento estruturante de grande relevância para o enquadramento das iniciativas a desenvolver no âmbito desta LOE, trata-se do marketing territorial.

O marketing territorial não se limita à criação de uma imagem ou à disponibilização de recursos para a promoção, é muito mais do que isso.

Para alcançar este patamar de intervenção é necessário que a estrutura económica e social responda adequadamente aos desafios, significando estar organizada segundo pressupostos determinados para “alimentar” o sistema de promoção e marketing. No domínio económico a qualidade dos produtos e serviços, as quantidades disponíveis, a política de preços, a forma de apresentação no mercado, a capacidade para atrair investimento, a organização das relações económicas com o exterior, a criação de imagem ou imagens fortes e mobilizadoras, entre outros pressupostos, constituem fatores que condicionam a promoção e o marketing.

Em termos culturais, a valorização e divulgação da cultura e património locais, a realização regular de eventos, a qualidade dos produtos culturais e a abrangência dos seus conteúdos são aspetos fundamentais para projetar o concelho no exterior e quebrar o seu isolamento.

No âmbito do ensino e investigação, outro domínio de projeção e promoção externa, importa realçar: o reforço dos níveis de visibilidade da cidade, enquanto centro de ensino superior nacional e regional; a promoção e o fortalecimento das relações nacionais e internacionais, a partir dos estabelecimentos de ensino da cidade; a melhoria e qualificação do ensino superior. Estes são alguns aspetos de ordem sectorial, que justificam e condicionam esta LOE.

3.2 - REVITALIZAR E DIVERSIFICAR A BASE ECONÓMICA DO CONCELHO

Esta linha de orientação assenta na promoção das vantagens competitivas ao nível das atividades económicas, incrementando o tecido empresarial e qualificando os serviços, bem como deve basear-se no aproveitamento das oportunidades inerentes aos impactes dos projetos estruturantes e das dinâmicas e tendências de procura afirmadas ao nível dos mercados de bens e serviços.

Há perspetivas estruturais subjacentes ao desenvolvimento técnico e tecnológico, quer nas áreas da produção e dos serviços, quer nos domínios do consumo, cultura e lazer, que condicionam equilíbrios ao nível da organização económica

das respetivas atividades, constituindo um fator de dinamização que, em grande medida, é responsável por desencadear o desenvolvimento de sectores de atividade existentes ou a criação de novos sectores.

Assim, é plausível que no primeiro caso (incremento de atividades existentes) ocorram principalmente processos de consolidação empresarial e revitalização da economia local e que no segundo caso (criação de novas atividades) tenham lugar processos de diversificação da base económica do concelho. De igual forma se podem traduzir os impactes dos projetos estruturantes, provocando o incremento de novas atividades e, portanto, o desenvolvimento de novos sectores económicos, ou a promoção e aprofundamento de atividades e fileiras já existentes. Associado ao EFMA e, conseqüentemente, com o reordenamento funcional do espaço agrícola, é dado como certa a emergência de novas atividades ligadas ao regadio e à racionalização da exploração no âmbito do sequeiro e dos espaços de conservação. Relativamente ao aeroporto, para além de potenciar algumas atividades já existentes, o seu papel é determinante na criação de uma base económica determinada pelo desenvolvimento de novas áreas de negócio.

O investimento externo assume nestes âmbitos particular significado (EFMA e Aeroporto) fundamentalmente ao nível da criação de atividades. Com os pressupostos atuais há uma relação que está estabilizada entre os âmbitos de desenvolvimento empresarial e o processo de criação de riqueza, condicionado a economia local, que tende para a estagnação. Ao invés, com os pressupostos inerentes aos empreendimentos estruturantes as relações económicas alteram-se, os horizontes e âmbitos de desenvolvimento de atividades alargam-se, imprimindo à base económica uma dinâmica de mudança assente na criação de riqueza inserida em processos de diversificação.

A cultura, entendida na perspetiva de produção de bens e serviços culturais e na ótica de sector subsidiário do desenvolvimento, pode representar um fator de diversificação com efetivação económica direta, através da oferta própria de produtos ou, de modo indireto, por incorporação de riqueza em cadeias de valor associadas a outros sectores, designadamente o turismo.

O ensino e a investigação, desde que sintonizados para a promoção do desenvolvimento local, revestem-se de particular relevância no âmbito da revitalização e diversificação da base económica. A adequação curricular e o fomento de uma cultura incentivadora do empreendedorismo e da assunção do risco assumem importância fundamental para disponibilizar recursos humanos habilitados para apoio ao desenvolvimento do tecido empresarial. A promoção da investigação é condição necessária para a constituição de competências de apoio à inovação aplicada a processos produtivos tradicionais ou ao desenvolvimento de novos produtos, num contexto de realismo económico e tecnológico tornando as intervenções objetivas e eficazes.

Deste modo, para a assunção clara de protagonismos nestas áreas de intervenção - fundamentais para a promoção do desenvolvimento -, importa, para além da definição do seu conteúdo, conceder-lhe importância de orientação estratégica.

3.3 - VALORIZAR DE MODO SUSTENTÁVEL, O TERRITÓRIO E REFORÇAR A IDENTIDADE DO CONCELHO

Na atualidade, face às grandes ameaças que pairam sobre o ambiente, assegurar processos de desenvolvimento minimamente sustentáveis é uma exigência superior que se coloca ao planeamento e ao ordenamento do território. Independentemente das opções estratégicas, o aproveitamento sustentável e racional dos recursos do território é, sem margem para dúvidas, um fator de orientação estratégica que deve estar sempre presente. Quando se equaciona a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento local está a adotar-se inquestionavelmente uma perspetiva de planeamento mediatista e um referencial temporal de longo prazo. Este âmbito de abordagem abre campo à possibilidade de entender as diversas problemáticas de desenvolvimento com interpretações da realidade profundamente comprometidas com formulações sobre quadros de desenvolvimento desejáveis no futuro. Esta percepção de planeamento é, sob o ponto de vista metodológico, um dado com uma tal dimensão qualitativa que permite equacionar, de forma adequada, problemáticas diversas, acentuando preocupações comuns associadas a um conceito mais abrangente de sustentabilidade. Esta postura interpretativa predispõe o sistema de planeamento para abordar as componentes de desenvolvimento considerando, com carácter decisivo, a sua importância ao longo do tempo, isto é aquilo que representam atualmente, em função da realidade do passado para as perspetivar no futuro.

É neste sentido que é oportuno equacionar a identidade do concelho, como fator distintivo de desenvolvimento, com o objetivo de preservar e promover valores que se revelam fundamentais na construção do futuro, tendo em consideração que a diferença num mundo globalizado (cada vez mais padronizado) constitui, em si, um elemento fundamental que potencia o desenvolvimento do território.

Esta a verdadeira dimensão da sustentabilidade, através da qual o conceito de desenvolvimento é necessariamente integrado e multifacetado, em que as temáticas sociais e culturais desempenham um papel importante no âmbito do sistema de planeamento, ao lado das temáticas económicas e ambientais.

Assim, a abordagem de planeamento assume a importância e estabelecer equilíbrios entre as diversas componentes de desenvolvimento para se alcançar um nível aceitável de sustentabilidade.

Numa primeira instância, desde logo, impõe-se a articulação entre o desenvolvimento e o ordenamento, tendo em atenção o crescimento económico necessário à melhoria das condições de vida no concelho, sem pôr em causa os valores ambientais e patrimoniais do território. A justiça social (incorporando as problemáticas da acessibilidade a bens e serviços e do sistema distributivo da riqueza) constitui um domínio inalienável que, ao lado da cultura, permite qualificar as condições de vida no território, ponto fulcral para que o desenvolvimento seja sustentável.

A promoção do ordenamento e da qualificação do espaço urbano, a preservação de valores e a dinamização de processos de aproveitamento racional de recursos no espaço rural são questões básicas de suporte à sustentabilidade. Naturalmente

que a perspetiva multi-geracional e o compromisso com o futuro são questões essenciais que determinam a preservação e valorização da identidade social, cultural e territorial do concelho.

Há ainda a referir que o património natural do concelho é vulnerável às múltiplas intervenções humanas, por ser sensível em vários domínios, principalmente ao nível do solo e dos recursos hídricos de profundidade. São assinaláveis os processos de desertificação e a diminuição do caudal dos aquíferos, e o seu estado de contaminação é já uma realidade, representando já estados de precariedade efetiva no âmbito dos frágeis equilíbrios biofísicos e ambientais que ocorrem no território do concelho.

Estas algumas das razões nucleares que justificam adotar como linha de orientação estratégica: Valorizar, de modo sustentável, o território e reforçar a identidade do Concelho.

3.4 – QUALIFICAR O ESPAÇO URBANO E DINAMIZAR AS FUNÇÕES DA CIDADE

De acordo com os instrumentos de planeamento de nível superior, particularmente o Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo (PROTA), a cidade de Beja constitui um polo sub-regional, cuja centralidade integra o território do Baixo Alentejo. Na atualidade o contexto externo é extremamente competitivo, aplicando-se este princípio ou paradigma também aos territórios, o que significa que para um espaço económico ou social se desenvolver há a necessidade da sua afirmação competitiva ao nível da disputa por recursos, particularmente financeiros, aproveitamento de oportunidade e atração de investimentos de empresas e de centros de decisão.

Com o reconhecimento da centralidade territorial e funcional da cidade registar-se-á, em princípio, um efeito indutor que permite reforçar os níveis de competitividade de Beja, em termos de influência externa. Esta condicionante de ordem administrativa, política e institucional, tem um efeito estruturador constituindo um fator de afirmação da cidade, se os seus agentes reconhecerem esta realidade como mais um pressuposto estratégico para promoção do desenvolvimento. Para responder a estes desafios são importantíssimas a qualificação do espaço urbano e a dinamização de funções do núcleo urbano.

Num plano mais abrangente, o desenvolvimento de um território faz-se estabelecendo interações a diferentes escalas, o Baixo Alentejo e sobretudo o concelho de Beja necessita da cidade para se afirmar enquanto espaço de desenvolvimento, e a cidade necessita igualmente do território para reforçar e consolidar as suas economias urbanas. Neste sentido, as interações da cidade com o território que integra constitui simultaneamente causa e efeito de desenvolvimento, na medida em que o território promove-se se existir um centro urbano agregador em desenvolvimento, e o polo urbano dinamiza-se se se inserir num território que registre níveis aceitáveis de desenvolvimento. Para isso, ao nível da estratégia da cidade é fundamental reconhecer a qualificação do espaço urbano e a dinamização das suas funções como um fator de consolidação do desenvolvimento.

As condições de vida e os seus níveis de qualificação representam também um fator de atratividade e de afirmação da cidade. Para satisfazer estes pressupostos afigura-se de extrema importância proporcionar funções urbanas adequadas à satisfação de tais requisitos, bem como dispor de um espaço urbano devidamente qualificado.

Estas são algumas das razões que justificam adotar esta perspetiva de intervenção como linha de Orientação Estratégica.

3.5 – VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS E AS CAPACIDADES ORGANIZACIONAIS E PROMOVER A EMPREGABILIDADE

A valorização dos recursos humanos para além de ser uma aposta forte do QREN e das políticas sectoriais do atual Governo, constitui igualmente condição indispensável para a promoção do desenvolvimento a nível local. Os recursos humanos deverão ser considerados simultaneamente como sujeitos e objetos dos processos de desenvolvimento, na medida em que são agentes ativos nos processos de mudança e são reconhecidamente os principais destinatários do desenvolvimento. Neste sentido, a valorização dos recursos humanos é um requisito de ordem estratégica como fator de promoção humana no âmbito do desenvolvimento, e assume também particular significado como componente indicativa das condições e qualidade de vida das populações. Mas, o reconhecimento da valorização dos Recursos Humanos também implica a sua aceção como instrumento basilar de desenvolvimento porque os processos de mudança têm necessariamente que ser protagonizados por agentes humanos qualificados e ativos, devidamente reconhecidos, notabilizados, mobilizados e envolvidos nos respetivos processos de mudança. Para a dinamização do desenvolvimento local impõe-se um contexto subjetivo favorável à mudança, cujas condições estruturantes passam pela motivação dos recursos humanos a afetar, o que significa igualmente a necessidade de promover a empregabilidade e a qualificação do emprego. Os contextos estabilizados no âmbito das relações humanas são, em princípio, mais propícios à dinamização de processos de desenvolvimento, devido ao sentido pró-ativo, comprometido e empenhado da componente humana, traduzindo-se num fator facilitador da mudança.

A valia humana nos processos de transformação não assenta apenas na qualidade das competências dos indivíduos, mas também na forma e qualidade dos meios de enquadramento dos recursos humanos, enquanto plataformas organizadas e orientadas para a promoção do desenvolvimento. É com base nesta perspetiva de abordagem que importa equacionar as capacidades, competências e recursos organizacionais enquanto fatores relevantes para efeitos de desenvolvimento. Uma das componentes de planeamento consideradas no âmbito do PDM, é justamente a componente do desenvolvimento institucional, que integra a temática dos recursos e competências organizacionais. Esta é mais uma dimensão da natureza multifacetada e integrada que caracteriza o conceito de desenvolvimento utilizado nos estudos de revisão do PDM.

Assim, para se alcançar determinados níveis de desenvolvimento é necessário que os recursos organizacionais acompanhem a evolução e reforcem as respetivas capacidades e competências, para enquadramento das dinâmicas de

suporte aos processos de transformação. Um território mais desenvolvido significa que as suas organizações e instituições são mais evoluídas, competentes e melhor preparadas para responder aos desafios da mudança.

É nesta perspectiva de análise que importa considerar a valorização dos recursos humanos, a promoção da empregabilidade e o fortalecimento das capacidades organizacionais como uma linha de Orientação Estratégica.

4 - OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Os objetivos de ordem estratégica foram apurados a partir da conjugação dos três referenciais que compõem o quadro de orientação estratégica (domínios de intervenção estratégica, pilares vocacionais e linhas de orientação estratégica), considerando em “pano de fundo” os elementos de síntese de diagnóstico mais relevantes (apreendidos entre os pontos fortes e fracos, as oportunidades e ameaças) e os elementos de referência e de enquadramento da estratégia.

A título ilustrativo apresenta-se seguidamente um esboço alusivo à composição de partida que serviu de base à definição dos trinta objetivos estratégicos, identificando-se igualmente a respetiva listagem com as designações dos objetivos.



4.1 - IDENTIFICAÇÃO DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- a) Promover o Aeroporto, enquanto plataforma intercontinental de mercadorias e suporte para incremento das indústrias aeronáuticas.
- b) Acrescer os níveis de visibilidade da cidade de Beja, enquanto centro de ensino superior e promover o fortalecimento das relações nacionais e internacionais dos estabelecimentos de ensino superior da cidade.
- c) Desenvolver Beja como polo de valorização e divulgação da cultura e património regionais, incluindo o seu aproveitamento para fins de apoio ao turismo.
- d) Promover a utilização de equipamentos e serviços associados à realização de eventos e incentivar a vertente de apoio ao turismo.
- e) Promover e incentivar a procura turística.
- f) Apoiar globalmente o desenvolvimento qualificado de atividades e equipamentos ligados ao turismo e contribuir para a qualificação dos equipamentos hoteleiros e de restauração, potenciando o aproveitamento da localização do Concelho.
- g) Preservar e valorizar os patrimónios natural e cultural mais marcantes da identidade do Concelho, e afirmar Beja como polo cultural de referência.
- h) Valorizar e promover a produção agroalimentar e agroindustrial regional nos circuitos nacionais e internacionais e fomentar o desenvolvimento de relações comerciais nessas escalas territoriais.
- i) Desenvolver e melhorar a rede de acessibilidades rodoferroviária.
- j) Promover o desenvolvimento da fileira agrícola de forma a aproveitar as transformações que irão ocorrer nos sistemas culturais da região derivados do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).
- k) Promover o aproveitamento do Aeroporto de Beja como centro distribuidor da produção agroalimentar e agroindustrial originada principalmente no espaço de abrangência do EFMA.
- l) Promover o desenvolvimento de empresas de apoio à função aeroportuária.
- m) Promover a diversificação do tecido empresarial e a modernização das empresas e dos serviços empresariais.
- n) Fomentar o nível de qualificação do ensino e intensificar o desenvolvimento dos ensinos superior e técnico-profissional, nomeadamente nas áreas de apoio à atividade económica e dinamização do emprego.
- o) Fomentar o desenvolvimento da investigação aplicada às necessidades socioeconómicas, aos níveis local e regional, e valorizar o papel do Centro de Biotecnologia Agrícola e Agroalimentar do Baixo Alentejo e Litoral -CEBAL.
- p) Promover a qualificação do setor dos serviços, alargar áreas e promover o ordenamento do espaço destinado às atividades económicas.
- q) Aproveitar os recursos locais para produção de energias renováveis e incentivar a eficiência energética.
- r) Promover a qualidade do espaço urbano.
- s) Promover a economia social;
- t) Minimizar os efeitos ambientais negativos inerentes à intensificação do uso do solo.
- u) Conservar e contribuir para a conservação da estrutura ecológica nos espaços de uso extensivo e criar condições para a reposição/conservação da capacidade funcional da paisagem.
- v) Assegurar a gestão e otimização, no espaço e no tempo, das potencialidades inerentes ao aproveitamento dos recursos hídricos do Concelho de Beja, em particular do aquífero dos gabros.

4.2 - ANÁLISE DOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Na página seguinte, sob a forma de quadro, apresentam-se os projetos e as suas presumíveis inter-relações com os elementos de estratégia definidos, designadamente: domínios de intervenção estratégica; pilares vocacionais e linhas de orientação estratégica. O método adotado foi em tudo semelhante ao enquadramento metodológico utilizado para a hierarquização das componentes, a única diferença reside no fato de não terem sido considerados níveis para apuramento do grau de intensidade das inter-relações, mas apenas a indicação de existência ou não de relação. Caso se presuma que exista indica-se o 1, caso contrário não se indica qualquer valor. Assim considerando a totalidade das interações pode-se p. ex. concluir que o objetivo com maior expressão de inter-relações é o objetivo nº 29 e o que dispõe de menos peso de relações é respetivamente o nº 16.

Análise das interrelações entre os objetivos e os elementos de estratégia definidos

OBJECTIVOS	INSERÇÃO NOS VED	Entidades Responsáveis pela concretização	INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO															Soma	ORDEM	
			PILARES VOCACIONAIS						DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS			LINHAS DE ORIENTAÇÃO								
			V 1	V 2	V 3	V 4	V 5	V 6	D 1	D 2	D 3	L 1	L 2	L 3	L 4	L 5				
Fomentar o nível de qualificação do ensino e intensificar o desenvolvimento dos ensinos superior e técnico-profissional, nomeadamente nas áreas de apoio à atividade económica e dinamização do emprego.	Ensino Superior	CMB /IPB /Estab ^{os} /Associações			1	1	1			1	1			1	1	1	1	1	9	7
Apoiar globalmente o desenvolvimento qualificado de atividades e equipamentos ligados ao turismo e contribuir para a qualificação dos equipamentos hotelários e de restauração, potenciando o aproveitamento da localização do Concelho.	Turismo	CMB /RTPD /Associações /Privados	1			1			1		1	1	1			1	1	1	9	7
Promover a qualificação do setor dos serviços, alargar áreas e promover o ordenamento do espaço destinado às atividades económicas.	Tecido económico e empresarial	CMB /Associações /Privados	1	1		1			1		1	1	1			1	1	1	9	7
Desenvolver e melhorar a rede de acessibilidades rodoferroviárias.	Acessibilidades	EP /REFER /CMB	1	1	1	1		1		1	1		1					9	7	
Acrescer os níveis de visibilidade da cidade de Beja, enquanto centro de ensino superior e promover o fortalecimento das relações nacionais e internacionais dos estabelecimentos de ensino superior da cidade.	Ensino Superior	CMB /IPB /outras entidades	1	1	1				1	1		1				1	1		8	6
Promover a qualidade do espaço urbano.	Ambiente	CMB /Associações /Privados	1	1	1				1			1	1	1	1				8	6
Fomentar o desenvolvimento da investigação aplicada às necessidades socioeconómicas, aos níveis local e regional, e valorizar o papel do Centro de Biotecnologia Agrícola e Agro-alimentar do Baixo Alentejo e Litoral -CEBAL.	Desenvolvimento Económico	CMB /IPB /Associações /Privados	1	1	1	1				1	1		1					1	8	6

Análise das interrelações entre os objetivos e os elementos de estratégia definidos

OBJECTIVOS	INSERÇÃO NOS VED	Entidades Responsáveis pela concretização	INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO															Soma	ORDEM	
			PILARES VOCACIONAIS						DOMÍNIOS ESTRATÉGICOS				LINHAS DE ORIENTAÇÃO							
			V1	V2	V3	V4	V5	V6	D1	D2	D3	D4	L1	L2	L3	L4	L5			
Promover o desenvolvimento da fileira agrícola de forma a aproveitar as transformações que irão ocorrer nos sistemas culturais da região derivados do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva (EFMA).	Desenvolvimento Económico	CMB /EDIA /Associações /Privados	1				1	1				1		1	1				6	4
Promover o aproveitamento do Aeroporto de Beja como centro distribuidor da produção agro-alimentar e agro-industrial originada principalmente no espaço de abrangência do EFMA.	Aeroporto	CMB /EDIA /EDAB /Associações /Privados	1				1		1	1			1						5	3
Mínimizar os efeitos negativos inerentes à intensificação do uso do solo.	Ambiente	CMB /EDIA /Associações /Privados					1	1	1					1	1				5	3
Conservar e contribuir para a conservação da estrutura ecológica nos espaços de uso extensivo e criar condições para a reposição/conservação da capacidade funcional da paisagem.	Ambiente	CMB /Associações /Privados					1	1	1					1					4	2
Assegurar a gestão e otimização, no espaço e no tempo, das potencialidades inerentes ao aproveitamento dos recursos hídricos do Concelho de Beja, em particular do aquífero dos gabros.	Ambiente	CMB /EDIA /Associações /Privados					1	1	1					1					4	2
Conservar e contribuir para a conservação da estrutura ecológica nos espaços de uso extensivo e criar condições para a reposição/conservação da capacidade funcional da paisagem.	Ambiente	CMB /Associações /Privados					1	1						1					3	1
Soma impactes			8	10	5	12	9	12	7	13	3	11	12	14	12	13	7			

Legenda:

Pilares Vocacionais: V1 CENTRO LOGÍSTICO

V2 PÓLO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS.

V3 CENTRO DE ENSINO E INVESTIGAÇÃO

V4 CENTRO ADMINISTRATIVO E DE SERVIÇOS DO BAIXO ALENTEJO.

V5 INCREMENTO DA AGRICULTURA DE TIPO EMPRESARIAL E COMPETITIVA ASSOCIADA A ALQUEVA.

V6 ESPAÇO RURAL CENTRAL, MULTIFUNCIONAL, DE VALORIZAÇÃO PATRIMONIAL E HUMANIZADO

Domínios de Intervenção Estratégica: D1 SUSTENTABILIDADE DO ESPAÇO RURAL

D2 FUNCIONALIDADES DO ESPAÇO URBANO

D3 DOTAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CAPACITAÇÃO E INOVAÇÃO

D4 REFORÇO, DIVERSIFICAÇÃO DA BASE ECONÓMICA E ARTICULAÇÃO COM O EXTERIOR

Linhas de orientação Estratégica: L1 QUEBRAR O ISOLAMENTO DO CONCELHO

L2 RECRIAR A BASE ECONÓMICA DO CONCELHO

L3 VALORIZAR DE MODO SUSTENTÁVEL O TERRITÓRIO E REFORÇAR A IDENTIDADE DO CONCELHO

L4 QUALIFICAR O ESPAÇO URBANO E DINAMIZAR AS FUNÇÕES DA CIDADE

L5 VALORIZAR OS RECURSOS HUMANOS E DESENVOLVER AS CAPACIDADES ORGANIZACIONAIS

B - QUADRO DE INTERVENÇÃO ESTRATÉGICA

Com base no quadro de orientação estratégica, ou seja, articulando os domínios de intervenção estratégica, os pilares vocacionais e as linhas de orientação estratégica com os objetivos identificados é possível identificar e definir os projetos, medidas e ações que, no fundo, traduzem o Quadro de Intervenção Estratégica.

Para facilitar o enquadramento operacional foram igualmente identificados programas de intervenção que constituem os grandes eixos que estruturam o enquadramento para concretização da estratégia definida.

Neste sentido, seguidamente apresentam-se os programas de intervenção e os projetos, medidas e ações.

1- PROGRAMAS DE INTERVENÇÃO

Foram identificados sete programas de intervenção que agregam os projetos, medidas e ações, cujas designações são compostas por uma sigla e uma identificação, que corresponde aos traços gerais dos respetivos conteúdos.

Os programas identificados são os seguintes:

- a) PDES - Programa de Dinamização Económica e Social;
- b) PQRU - Programa de Regeneração e Qualificação Urbana;
- c) PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações;
- d) PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural;
- e) PDD - Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- f) PDIA - Programa de Desenvolvimento Institucional e Administrativo;
- g) PPM - Programa de Promoção e Marketing;
- h) PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental.

No quadro seguinte apresentam-se os programas e o serviço do Município mais vocacionado para proceder à sua implementação ao acompanhamento.

ENQUADRAMENTO INTERMÉDIO

	INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO	SERVIÇOS INTERNOS
1	PDES - Programa de Dinamização Económica e Social	Apoio às atividades económicas e de intervenção social
2	PQRU - Programa de Regeneração e Qualificação Urbana	DOP / Serviços Urbanos /zonas Verdes
3	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	Serviços de Gestão de Recursos Humanos
4	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	Serviços de Cultura e Desporto
5	PDD - Programa de Desenvolvimento Desportivo	Serviços de Cultura e Desporto
6	PDIA - Programa de Desenvolvimento Institucional e Administrativo	Serviços ds Administração
7	PPM - Programa de Promoção e Marketing	GCI
8	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	DOP, Educação, Desporto, Cultura, Zona Verdes

2- MEDIDAS, AÇÕES E PROJETOS

Foram identificadas 98 iniciativas descritas como projetos, medidas ou ações, em termos de conteúdo de realização.

Procedeu-se a um exercício simples de apuramento das inter-relações entre as iniciativas e os três fatores que compõem a estratégia de desenvolvimento, designadamente, domínios estratégicos, pilares vocacionais e linhas de orientação estratégica, na perspetiva da sua inserção, enquanto elementos que condicionam a concretização da estratégia, através da existência ou não de relação entre as iniciativas e os fatores estratégicos. Com base nos dados apurados foi possível determinar genericamente o grau de importância de cada iniciativa, ao nível da concretização da estratégia definida. Como resultado pode referir-se que:

- Promover e divulgar o potencial natural e patrimonial no exterior, apoiar o aumento e diversificação da oferta hoteleira e de restauração e aproveitar os valores patrimoniais da cidade na dinamização de atividades turísticas e culturais correspondem às ações com maior expressão na concretização da estratégia;
- Introduzir práticas de compostagem em contextos domésticos, introduzir a energia solar nas instalações e edifícios do Município, a reconversão da frota de viaturas do Município para consumo de combustíveis alternativos, constituem iniciativas que geram menos dependência ao nível da concretização da estratégia.

Há outra leitura possível, relacionada com o apuramento do nível de dependência de cada fator da estratégia em relação ao Quadro de Intervenção proposto, concluindo-se que:

- no âmbito dos Pilares Vocacionais, o Centro Administrativo e de Serviços do Baixo-Alentejo implica maior número de iniciativas para a sua concretização do que o Centro de Ensino e Investigação;
- no âmbito dos Domínios da Intervenção, as funcionalidades do espaço urbano tem uma expressão significativa de iniciativas propostas, enquanto que a sustentabilidade do espaço rural regista um número significativamente inferior de iniciativas para a sua concretização;
- no âmbito das Linhas de Orientação Estratégica, qualificar o espaço urbano e dinamizar as funções da cidade evidencia uma relação forte com as iniciativas a promover, no campo oposto regista-se que para quebrar o isolamento do concelho são necessárias menos iniciativas.

Esta avaliação permite obter uma dimensão, em termos comparativos, dos níveis de esforço que cada fator de ordem estratégica dispõe.

Nas páginas seguintes apresenta-se o quadro intitulado “Inserção na estratégia de desenvolvimento dos projetos, medidas e ações”, através do qual é possível fazer uma leitura mais aprofundada sobre as interdependências entre as iniciativas e os elementos estratégicos definidos. Por outro lado, no mesmo quadro estão identificados os tipos de iniciativas, distribuídos pelas figuras de projeto, medida ou ação, e as entidades envolvidas na respetiva concretização. De referir que a listagem não é aleatória, é apresentada por ordem decrescente segundo a pontuação recebida, em função dos impactes que cada ação, medida ou projeto induz nos pressupostos estratégicos considerados. Naturalmente que esta avaliação é indicativa determinada a partir da ponderação que a equipa atribuiu.

INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS, MEDIDAS E AÇÕES

DESIGNAÇÃO	CONTEÚDO DE REALIZAÇÃO	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	Entidades Responsáveis pela execução	V					D				L					Soma				
				1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	1	2	3	4		5			
Promover e divulgar o potencial natural e patrimonial no exterior	Ação	PPM - Programa de Promoção e Marketing	CMB/ ERT/ Associações/ Privados	1		1		1		1	1	1	1		1		1				8	
Apoiar o aumento e diversificação da oferta hotel eira e de restauração	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ ERT/ Privados	1		1				1	1	1	1		1		1				7	
Aproveitar os valores patrimoniais da Cidade na dinamização de atividades turísticas e culturais	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ ERT/ Associações/ Privados	1		1				1	1	1	1		1		1				7	
Ampliação de áreas destinadas às atividades económicas	Projecto	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ associações/ Privados	1			1			1	1			1		1			1		6	
Ampliar e requalificar da rede viária municipal	Ação	PDS - Programa de Dinamização Social	CMB					1	1	1			1		1	1					6	
Apoiar o desenvolvimento de atividades e equipamentos ligados ao turismo de natureza e cinegético	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ ERT/ Privados	1					1	1		1	1		1						6	
Promover a qualificação do sector dos serviços	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ NERBE/ ACDB/ Privados					1		1	1			1		1	1	1			6	
Realização de um estudo de avaliação de necessidades de infraestruturas e serviços de apoio à distribuição de produções do ERMA	Projecto	PDE - Programa de Dinamização Económica	EDIA	1					1		1	1			1					1	6	
Criação do Parque Biológico da Barragem do Pisão	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/JF	1					1	1	1					1	1				6	
Requalificar os espaços existentes de atividades económicas	Medida	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados	1			1			1	1			1		1					6	
Conclusão da construção e equipar o "Campus" Universitário	Projecto	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificação	CMB/IPB				1				1	1					1	1			5	
Constituir uma reserva de espaço para desenvolvimento de atividades económicas	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados	1						1	1			1		1					5	
Incrementar a estrutura ecológica municipal	Ação	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB						1	1	1					1	1				5	
Apoiar o desenvolvimento do Centro de Biotecnologia do Baixo Aentejo	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB			1	1			1	1									1	5	
Integrar a Cidade de Beja numa rede de Cidades de pequena/média dimensão com ensino superior	Ação	PPM - Programa de Promoção e Marketing	CMB/IPB			1	1			1	1									1	5	
Promover a diversificação do tecido económico	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Instituições	1				1	1			1		1								5

INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS, MEDIDAS E AÇÕES

DESIGNAÇÃO	CONTEÚDO DE REALIZAÇÃO	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	Entidades Responsáveis pela execução	V					D				L					Soma			
				1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	1	2	3	4		5		
Promover o desenvolvimento da fileira agro-alimentar e agro-industrial como meio de aproveitar as transformações que irão ocorrer nos sistemas culturais da região derivados da rega proporcionada pelo F.R.M.A.	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	EDIA/ Privados	1				1			1										5
Realização de um estudo de mercado para distribuição de produtos frescos	Projecto	PDE - Programa de Dinamização Económica	EDIA	1					1			1				1					5
Promover e apoiar a Modernização do comércio tradicional	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados					1			1	1			1	1					5
Criar uma Orquestra de Câmara	Medida	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB/ Associações		1		1				1	1									5
Criação da Quinta Pedagógica	Projecto	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB/ Associações/ IPB						1	1						1				1	4
Criar a rede concelhia de museus	Medida	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB						1	1						1	1				4
Fomentar o desenvolvimento de empresas de apoio à função aeroportuária	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados	1				1			1			1							4
Fomentar o desenvolvimento do ensino politécnico, nomeadamente nas áreas de apoio às atividades económicas	Ação	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB/ Associações Empresariais				1				1	1								1	4
Desenvolver a parceria no âmbito da CIUMED	Medida	PPM - Programa de Promoção e Marketing	CMB/CIMBAAL/ ADEMO/ Outras entidades	1	1									1		1					4
Promover eventos no âmbito do Parque de Feiras e Exposições	Medida	PPM - Programa de Promoção e Marketing	CMB/ ACOS/ ExpoBeja/ Outros agentes		1		1						1	1							4
Programa de Educação Ambiental	Projecto	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB/ Associações/ Ensino						1	1						1				1	4
Promover a experimentação e demonstração de novas culturas	Medida	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB/ EDIA/ CEBAL/ Privados						1			1			1	1					4
Promover a instalação de serviços de apoio à distribuição e escoamento de produções agroalimentares e agroindustriais	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados	1				1			1			1							4
Promover a utilização do Aeroporto de Beja para fins comerciais	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados	1								1			1	1					4
Promover a utilização do Aeroporto de Beja, enquanto plataforma intercontinental de mercadorias	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados	1								1	1	1							4
Reivindicar novas funções no âmbito da Região Alentejo	Ação	PDIA - Programa de Desenvolvimento Institucional e Administrativo	CMB/ Entidades locais					1			1	1				1					4

INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS, MEDIDAS E AÇÕES

DESIGNAÇÃO	CONTEÚDO DE REALIZAÇÃO	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	Entidades Responsáveis pela execução	V						D				L					Soma		
				1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	1	2	3	4	5			
Remodelação do Edifício da Rua do Sembrano	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB		1						1						1	1			4
Criar o Museu Vivo à Rua da Moeda	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Conservatório		1						1	1				1					4
Relocalizar o Parque de Campismo	Medida	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB				1				1					1	1				4
Reabilitar a zona de lazer da mata	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB				1				1					1	1				4
Criar uma rede concelhia de percursos terrestres e de cicloviárias	Medida	PDD - Programa de Desenvolvimento Desportivo	CMB/ Privados/ Associações						1	1				1			1				4
Concretizar o Plano de Pormenor "Rua Capitão João Francisco de Sousa"	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1			1			1				3
Requalificação da Biblioteca Municipal e da Casa da Cultura	Projecto	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB		1						1					1					3
Apoio à criação do Centro Regional de Produções Artesanais	Projecto	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações									1				1			1		3
Construir a ecovia do Guadiana e criar um espaço de recreação e lazer junto ao Rio	Ação	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB						1	1						1					3
Fomentar o nível de qualificação do ensino superior	Ação	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB/ CMB			1					1								1		3
Incrementar a articulação entre os diversos atores turísticos do Concelho	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ ERT/ Privados									1	1						1		3
	Ação	PDS - Programa de Dinamização Social	CMB						1	1						1					3
Melhorar a mobilidade urbana e qualificar a rede viária urbana	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB				1				1						1				3
Promover a especialização em rega da Escola Superior Agrária	Ação	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB/ EDIA			1					1								1		3
Promover a formação profissional nas áreas técnicas de regadio e gestão agrícola	Medida	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB/ EDIA/ CEBAL/ Privados					1			1								1		3

INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS, MEDIDAS E AÇÕES

DESIGNAÇÃO	CONTEÚDO DE REALIZAÇÃO	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	Entidades Responsáveis pela execução	V					D				L					Soma
				1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	1	2	3	4	
Promover a oferta de Ensino Superior da Cidade no exterior	Ação	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	IPB			1				1							1	3
Promover a utilização do Aeroporto de Beja para desenvolvimento de indústrias aeronáuticas	Medida	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ Associações/ Privados							1		1	1					3
Promover o desenvolvimento de serviços culturais na cidade	Medida	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB/ Associações/ Privados			1			1				1					3
Construção de nova Piscina Coberta e requalificação das Piscinas Municipais e Pavilhão Municipal	Projecto	PDD - Programa de Desenvolvimento Desportivo	CMB	1					1							1		3
Rever o Plano Parcial de Urbanização do Núcleo Central Histórico	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB						1			1		1				3
Requalificação/adaptação do Pavilhão Multi-usos	Projecto	PDD - Programa de Desenvolvimento Desportivo	CMB	1					1							1		3
Promover iniciativas para desenvolvimento de uma rede intermunicipal de ecovias	Projecto	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB/ Municípios				1	1					1					3
Ensombramento das Portas de Mértola	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Associações/ Privados			1			1							1		3
Concretizar o Plano de Pormenor da Mouraria	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados			1			1							1		3
Promover a qualificação da zona da Estação da CP	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados			1			1							1		3
Concretizar o Plano de Pormenor da Rua Aféres Malheiro à Rua D.Manuel I	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados			1			1							1		3
Requalificação da Rua D.Afonso III	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados			1			1							1		3
Criação de hortas urbanas	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados						1				1	1				3
Conclusão do processo de requalificação do Jardim Público	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana				1			1							1		3
Ampliação das Escolas de S.Matias, N.º. 57ª Neves e Beringel	Projecto	PEDQ - Programa de Educação e Desenvolvimento de Qualificações	CMB/JF							1			1			1		3

INSERÇÃO NA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS, MEDIDAS E AÇÕES

DESIGNAÇÃO	CONTEÚDO DE REALIZAÇÃO	PROGRAMA DE INTERVENÇÃO	Entidades Responsáveis pela execução	V						D				L					Soma			
				1	2	3	4	5	6	1	2	3	4	1	2	3	4	5				
Ampliação e requalificação da ciclovia	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB								1							1			2	
	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB								1								1			2
Aproveitar as águas pluviais e outras para rega de espaços públicos	Ação	PPSA - Programa de Promoção e Sensibilização Ambiental	CMB								1								1			2
Concretizar o Plano de Pormenor "João Barbeiro"	Medida	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1								1			2
Concretizar o Plano de Pormenor da Moravia	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1									1		2
Concretizar o Plano de Pormenor da Rua de Lisboa	Ação	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1									1		2
Construção de parques de estacionamento	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1									1		2
Apoio à criação do Instituto de Cultura Alentejana	Ação	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB/ Associações	1																1		2
Promover a qualificação hoteleira e de restauração no Concelho	Ação	PDE - Programa de Dinamização Económica	CMB/ ERT/ Privados								1										1	2
Desenvolvimento do laboratório de arqueologia e reserva para material arqueológico	Projecto	PDC - Programa de Desenvolvimento Cultural	CMB								1									1		2
Recuperação dos troços da muralha de Beja	Medida	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ IPPA								1									1		2
Requalificação do Flávio dos Santos e envolvente	Projecto	PQRU - Programa de Qualificação e Regeneração Urbana	CMB/ Privados								1									1		2
	Projecto	PDIA - Programa de Desenvolvimento Institucional e Administrativo	CMB								1										1	2
Promover obras de valorização integrada nas freguesias rurais	Projecto	PDS - Programa de Dinamização Social	CMB/UF						1	1												2
Dotar o Centro Histórico de Rede de fibra óptica e wireless	Projecto	PDS - Programa de Dinamização Social	CMB/ Operadores Privados								1										1	2

